



O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXII • Janeiro / Fevereiro / Março 2023 • Nº 119

ANS - NOVO MANDATO



LUTAS ANTIGAS!

**Órgãos Sociais
tomam posse**



Pág. 3

**31 de Janeiro
Dia Nacional do Sargento**



Pág. 8 e 9

**Recusada Justiça
Salarial**



Pág. 6



EDITORIAL

Novo Mandato! Lutas Antigas...

Na sequência do acto eleitoral de 28 de Janeiro passado, a lista eleita tomou posse e assumiu funções em 25 de Fevereiro. Os dirigentes da ANS assumem este mandato conscientes de que, apesar dos novos problemas que inevitavelmente vão surgir, terão de enfrentar e continuar a combater lutas antigas!

Se no final do ano de 2022, em pleno período festivo, os alarmes soaram pelo perigo eminente para a Saúde Militar, tememos que as ditas soluções encontradas não passem de meros pensos rápidos colocados à pressa em cima de ferimentos graves, apesar das promessas governativas de que tudo estaria resolvido com a renovação contratual de muitos profissionais da saúde e dos serviços de apoio necessários! A primeira metade do ano está rapidamente a chegar e os profissionais de saúde que servem nos hospitais militares manifestam-se inquietos e preocupados com a situação.

Porque somos persistentes e temos memória, recordamos que os Sargentos de Portugal comemoram o 31 de Janeiro de 1891 desde o distante ano de 1977, ano em que institucionalizaram esta data como o “Dia Nacional do Sargento”. A escolha desta data para o seu Dia Nacional teve por objectivo homenagear a acção heróica de um punhado de valorosos Sargentos, que perante a tibieza e soez submissão das elites da época, tomaram nas suas mãos o resgate da dignidade da Pátria portuguesa vilipendiada pelo vergonhoso ultimato inglês. A revolta, apesar de derrotada, lançou a semente que dezanove anos mais tarde floresceu em 5 de Outubro de 1910, implantando o regime em que hoje vivemos, a República que hoje servimos!

É com esta dedicação sem limites que os Sargentos todos os anos comemoram e homenageiam em todo o País e mesmo fora dele, bastando que pequenos núcleos de camaradas estejam em missão no exterior, honrando Portugal seja em que missão for. Não é hábito na nossa história homenagear os vencidos. Mas estes que se homenageiam, de facto não foram vencidos! O que se homenageia é a bravura, a abnegação, o heroísmo, o acto maior da luta pela dignificação da Pátria portuguesa.

Foram estes valores que determinaram a nossa escolha, são estes valores que ano após ano enaltecemos e levantamos bem alto, razão pela qual algumas elites se incomodam, desvalorizam e tentam contrariar.

Desde 1991, aquando das comemorações do centenário da Revolta do Porto, que os Sargentos de Portugal procuram que a Assembleia da República reconheça institucionalmente o 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. Ano após ano esta pretensão tem vindo a ser derrotada.

Contudo, este ano, uma vez mais foi negado! Se até aqui o argumento era que tal reconhecimento afectava a coesão e a disciplina das Forças Armadas, este ano alterou-se para uma argumentação no mínimo, ridícula! Este ano, derrotado o velho e estafado argumento, a negativa terá tido como base o facto de as outras classes não terem um dia nacional! Ridículo e falacioso! Com argumentos desta ordem, tão frágeis e ridículos, é inevitável que questionemos o que leva estes representantes eleitos pelos portugueses a reiteradamente negar a institucionalização do nosso Dia?

Os Sargentos de Portugal não pretendem que o reconhecimento oficial do seu dia se

transforme em feriado ou dispensa de serviço. Não! É um reconhecimento que não tem quaisquer encargos orçamentais, então porque não reconhecê-lo?

Será por “xenofobia classista”, porque as elites nunca reconhecem o que não vem das elites? Ou terá sido porque há 132 anos as elites de então se ajoelharam perante a ignomínia, o ultraje da Pátria, quando traíram um Povo que se levantava ao som de “Heróis do mar, nobre Povo, Nação valente e imortal...”?

Mas, uma certeza temos: os Sargentos de Portugal vão continuar a comemorar o Dia Nacional do Sargento, porque é o seu Dia, porque os heróis do 31 de Janeiro de 1891 merecem-no e nós não deixaremos que os seus nomes sejam apagados da História.

Vamos continuar a comemorar! Quer queiram, quer não!

E vamos continuar a comemorar, lutando! Lutando pelas necessárias alterações ao EMFAR; lutando para que se transforme o RAMMFA de um regulamento punitivo num regulamento formativo, como deveria ser; lutando por um regime remuneratório valorizado e actualizado, justo e não classista; lutando por uma carreira com desenvolvimento digno; lutando pelo reconhecimento académico devido aos Sargentos; lutando pelo direito à saúde no respeito das exigências da Condição Militar; lutando pela

capacidade de representar juridicamente os associados; lutando pela capacidade de negociação colectiva em diálogo social com vínculos; enfim, lutando por muitos objectivos, mas lutando sobretudo para que sejam respeitadas as Leis da República!

Novo mandato, de facto! Mas continua a haver muito para conquistar. Porém, que ninguém se iluda: a melhoria das nossas condições socioprofissionais só será alcançada através da nossa luta abnegada, persistente e organizada. Nunca ninguém nos deu nada. Tudo conquistámos a pulso e assim será também no futuro, pela força do associativismo! Por isso é sempre importante o reforço da ANS – a nossa associação de classe – levando a associar-se quem ainda não o fez, com o esforço de todos reforçarmos as estruturas orgânicas da nossa associação – Órgãos Sociais, Comissões Permanentes de Ramo, núcleos regionais e delegados nas Unidades. Se o fizermos, a ANS ficará mais apta, mais capaz de desenvolver as acções necessárias para contribuir para a solução dos problemas.

Se o fizermos, garantidamente, melhoraremos as nossas propostas e contributos, a nossa voz terá mais força, a nossa razão será mais respeitada, a solução ficará mais próxima.

Se o fizermos, este novo mandato terá melhores condições para enfrentar as novas, mas também as lutas antigas! ▲

Força Aérea inaugura Sala de Extração de Leite Materno

No passado dia 27 de Janeiro, a Força Aérea, inaugurou em Alfragide, uma Sala de Extração de Leite Materno (SELMA).

Esta sala, a primeira dedicada a este fim, visa garantir às mães privacidade, segurança, higiene e um ambiente calmo e harmonioso que facilite a operação.

Está equipada com duas posições, compostas por poltronas, mesas de apoio, frigorífico, bancada com lavatório, esterilizador eléctrico com secador e televisão.

De acordo com informação disponibilizada, a medida tem como objectivo melhorar a qualidade de vida da comunidade da Força Aérea, podendo, no futuro,



estender-se a todas as unidades.

Esta iniciativa, no âmbito da protecção e apoio à maternidade, reputa-se de importante significado na medida em que pode constituir um bom exemplo para iniciativas semelhantes, no futuro alargadas aos outros Ramos. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos, convoco os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Leopoldo de Almeida, 5 B, Lumiar, em Lisboa, no dia 17 de Abril de 2023, Segunda-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), com o objectivo seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do Ano de 2022;
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o Ano de 2023.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 28 de Março de 2023

O Presidente da Assembleia Geral
Luís Manuel Marques Bugalhão



Eleições na ANS para o biénio 2023/24

Órgãos Sociais da ANS tomaram posse

As eleições para os Órgãos Sociais (OSs) da ANS tiveram lugar, para o voto presencial, no passado dia 28 de Janeiro de 2023, durante as comemorações do Dia Nacional do Sargento em Lisboa. Para o voto por correspondência, por razões que se prendem essencialmente com os atrasos de envio e entrega de correio dos CTT, o período de votação estendeu-se desde a 2ª quinzena de Janeiro de 2023 até ao dia 2 de Fevereiro de 2023.



A Lista A foi a única a concorrer e foi eleita com 346 votos, num total de 467 votantes, tendo sido contabilizados 2 votos em branco e 119 votos nulos. Este inusitado número de votos nulos, todos enviados por correspondência, mais uma vez e à semelhança de eleições anteriores, deve-se ao facto de não terem sido seguidas as instruções enviadas para se votar dessa forma. Ou porque os envelopes RSF vêm sem identificação do sócio, a maioria, ou porque se identificam no envelope branco em que deve ser introduzido o voto, o qual se deve fechar para se introduzir na urna enquanto voto secreto, alguns, ou por outros procedimentos que violam a confidencialidade dos votos. Isto apesar de todos terem assinalado a intenção de voto na Lista A. Espera-se que em próximas oportunidades este problema se torne residual...



Assim, com este resultado, o conjunto de 31 camaradas da Lista A, que assumiram a missão de dirigir os destinos da Associação durante o biénio de 2023/2024, tomaram posse, na Sede Social em Lisboa, no dia 25 de Fevereiro de 2023.

Depois de em 2021 não ter havido cerimónia de tomada de posse presencial, devido à pandemia de COVID-19, foi com imenso orgulho e sentimento do dever cumprido que, este ano, pudemos receber em nossa casa, convidados, membros dos OSs e suas famílias, e sócios, para uma cerimónia singela, mas carregada de simbolismo.

A novidade este ano, para além de ser a primeira vez que a tomada de posse teve lugar na sede do Lumiar, foi a assumpção do Compromisso de Tomada de Posse que alguns camaradas fizeram através de videoconferência, por estarem colocados em Unidades fora da área de Lisboa, e/ou estarem em missão, e até por outro tipo de impedimentos. Ainda que não tenham assinado o Livro de Tomadas de Posse, leram o Compromisso à distância.



Esta simples forma de os camaradas se comprometerem com o trabalho de Dirigente da ANS foi muito apreciada pelos presentes, e nem as inevitáveis e inopinadas dificuldades técnicas, que sempre aparecem, tiraram brilho a esta forma de aproximar quase todos os membros dos OSs da ANS da sua sede, nesta importante cerimónia.

Estiveram presentes como convidados representantes das três Associações Socioprofissionais de Militares, da Presidência da República, dos Ramos, acompanhados dos respectivos SMOR's assessores, bem como um SMOR em representação do CEM-GFA, do IASFA, do Clube do Sargento da Armada, do Clube de Praças da Armada, da Associação Conquistas da Revolução, da Associação 25 de Abril, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (Direcção Nacional e Núcleo de Lisboa), da Liga dos Combatentes, da ASPP/PSP – Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, e da CGTP-IN – Confederação Sindical dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical.



Alguns camaradas dos OSs compareceram acompanhados de familiares, mas esses não são considerados como convidados, são membros honorários desta equipa de 31 que resolveram, organizadamente, fazer mais pelas condições socioprofissionais

dos camaradas Sargentos de Portugal e das suas famílias. A todos um grande bem-haja por terem honrado a ANS com a sua presença.



No final da cerimónia, já durante o Moscatel de Honra, após o discurso de António Lima Coelho, Presidente da Direcção, um camarada recém-empossado perguntava: "E agora?"

Um dos sócios mais antigos presentes, já na casa dos 80, respondeu:

"Agora?! Agora é tempo de ir à Luta. Toca a trabalhar!"
É isso que os sócios esperam dos camaradas abaixo listados. E é isso que eles irão fazer, pois foi esse o seu compromisso quando tomaram posse. Com o apoio e suporte de todos os sócios.

Luís Bugalhão

Presidente da Mesa da Assembleia Geral ▲

ASSEMBLEIA GERAL

| Cargo | Posto/Nome | Sócio | Ramo |
|---------------|--|-------|------|
| Presidente | SMOR Luís Manuel Marques Bugalhão | 2622 | MAR |
| V. Presidente | SCH Norberto Emídio Teixeira da Silva Mateus | 2401 | FAP |
| Secretário | SMOR Vitor Manuel de Almeida Marques Alves | 5769 | EXE |
| Vogal | SAJ Fábio Emanuel do Rosário Laforêt | 6792 | EXE |
| Vogal | SMOR José Paulo Gonçalves Leitão | 2574 | EXE |

CONSELHO FISCAL

| | | | |
|------------|---|------|-----|
| Presidente | SMOR Mário António Rodrigues Correia Pereira | 0056 | EXE |
| Secretário | 1SAR Nelson Manuel Moedas Bento | 6299 | MAR |
| Relator | SCH Francisco António Leite de Oliveira Silva | 4289 | EXE |
| Vogal | SCH Rui Jorge Rio dos Santos | 3329 | EXE |
| Vogal | 1SAR Miguel Duarte Fidalgo Moita | 6331 | FAP |

DIRECÇÃO

| | | | |
|---------------|--|------|-----|
| Presidente | SMOR António Manuel Gavino Lima Coelho | 0965 | FAP |
| V. Presidente | SCH Carlos Alberto dos Santos Colaço | 6134 | EXE |
| V. Presidente | SAJ Rogério Lopes da Graça | 6573 | MAR |
| V. Presidente | SAJ João Paulo Abreu Pereira Ludovice da Silva | 4606 | FAP |
| Tesoureiro | SAJ José António Gouveia Pereira | 3361 | FAP |
| Secretário | SMOR José Carlos Nunes Correia Galvão | 5145 | EXE |
| Secretário | 1SAR Arlindo Vieira de Almeida | 6589 | MAR |
| Secretário | SAJ João Pedro Pereira da Mata | 6855 | FAP |
| Vogal | SAJ Joaquim Rebelo Torres | 4721 | EXE |
| Vogal | SAJ Rui Manuel de Ornelas Maricato | 4439 | MAR |
| Vogal | SAJ Fernando Luís Grenho Silva | 6505 | FAP |
| Vogal | SAJ José Filipe Dias Castro | 6756 | EXE |
| Vogal | SAJ Rui Manuel da Costa Portela Ribeiro | 6722 | MAR |
| Vogal | 2SAR Diogo Rafael Cardoso Esteves | 6857 | FAP |
| Vogal | SAJ José Duarte Nóbrega Mendes | 6448 | EXE |
| Vogal | 2SAR Pedro Miguel Rodrigues dos Santos | 6817 | MAR |
| Vogal | 2SAR Manuel Maria Canongia Dias | 6778 | EXE |
| Vogal | 1SAR Hélder Renato Queirós da Costa | 6751 | EXE |
| Vogal | 1SAR Hugo Manuel Amaral Caeiro | 6554 | MAR |
| Vogal | SCH António Horácio Lima de Assunção | 4874 | EXE |
| Vogal | 1SAR Renato José Isabel Bernardino | 6852 | EXE |



OS 13 DO MONDEGO E A (IN)DISCIPLINA!

13:

O 13, para a numerologia representa um número poderoso e positivo, mas também tem a sua vertente negativa. Para muitas pessoas representa o conflito entre o bem e o mal, o risco e a segurança, a sorte e o azar, a liberdade e as regras, a novidade e o conservadorismo, o tradicional e o rebelde, e também, entre a **disciplina** e a **indisciplina**.

Diz a lenda cristã e segundo o apóstolo Marcos (3:16-19), que na última ceia de Jesus com os seus 13 Discípulos (dedicados seguidores dos seus ensinamentos para cumprirem, com **disciplina**, a missão de espalhar e converter as pessoas ao Cristianismo), o 13º Discípulo, Judas Iscariotes, traiu Jesus, denunciando-o aos seus captores Romanos, mas Jesus sabendo que seria Judas o, **indisciplinado**, Discípulo que o iria atrair, perdeu-o.

MONDEGO:

Mondego, nome de rio Português que nasce na Serra da Estrela e ao longo do seu longo curso e grande parte do ano, vai-se espalhando, com **disciplina**, entre as suas margens até encontrar o mar Atlântico. Porém, em anos de maior intempérie e muito chuvosos, o **Mondego** perde as estribes, tornando-se **indisciplinado**, não acatando ou obedecendo a ninguém, galgando as suas margens na tentativa de banhar o Choupal e os campos agrícolas envolventes ao longo do seu caminho. Mais tarde volta ao seu leito e não sofre castigo por lhe reconhecerem as vantagens de ser **indisciplinado**, porque, as suas águas, deixaram os campos agrícolas por onde passou mais enriquecidos, beneficiando a produção agrícola e consequentemente contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

(IN)DISCIPLINA:

Está na génese do povo Lusitano, ser **(in)disciplinado**.

Viriato (181 a.C a 139 a.C) foi um líder Lusitano que conseguiu unir os povos ibéricos e, com **disciplina**, enfrentaram as legiões Romanas na Península Ibérica, não permitindo a sua expansão. Por isso, o imperador Romano, Júlio César, considerava-os um povo **indisciplinado**, quando afirmou que *“Há nos confins da Ibéria um povo que nem se governa nem se deixa governar”*.

Mais tarde, D. Afonso Henriques (1109 – 1185) recebeu por herança de sua mãe o Condado Portucalense (Porto Cale), com a condição de lhe prestar vassalagem (obediência/tributo). No entanto, tornou-se um **indisciplinado** por não aceitar essas imposições. Com o apoio da nobreza, preparou tropas, **disciplinadas**, para enfrentar a sua mãe, vencendo as diversas batalhas. Foi-lhe reconhecido o título de 1º Rei de Portugal, com o apelido de “Conquistador”. A sua **indisciplina** não ficou por aqui, continuou a travar batalhas com Castela e com os reis Mouros, alargando o território do Condado Portucalense, desde o Minho até ao Algarve e, assim, nasceu o que é hoje Portugal.

Uns séculos depois (XVI/XVII), com a morte do jovem rei D. Sebastião na batalha de Alcacer-Quibir e não deixando descendência para sucessão directa, o reino de Portugal, foi durante 40 anos (1580-1640) integrado e governado (roubado) pela coroa de Castela. Parte da nobreza Portuguesa, a **disciplinada**, aceitou a regência Filipina (Rei de Espanha), prestando-lhe vassalagem, mas outra parte suportou-a, mas nunca a aceitou totalmente e por isso, a 1 de Dezembro de 1640, os nobres, **indisciplinados**, liderados pelo Duque de Bragança, D. João IV, revoltaram-se e tomaram o poder. Portugal voltou a ser um país independente, sendo D. João IV aclamado Rei de Portugal, com o apelido de o “Restaurador”.

O século XX é rico em acontecimentos onde **indisciplinados** levaram a melhor sobre os **disciplinados** dos regimes políticos vigentes, a começar logo em 1910, no dia 5 de Outubro, com a implantação da República Portuguesa, que foi o resultado de uma revolução organizada pelo, **indisciplinado**, Partido Republicano que destituiu a Monarquia Constitucional. Esta mudança de regime só foi possível porque o Exército, **disciplinado**, era a base de apoio da Monarquia, mas durante os dias 3 e 4 de Outubro houve muita relutância em combater os cerca de 2 mil Soldados e Marinheiros revoltosos, **indisciplinados**. Na manhã de 5 de Outubro, a República foi proclamada na varanda dos Paços do Concelho de Lisboa. Constituiu-se um governo provisório, liderado por Teófilo Braga, até à aprovação da Constituição de 1911 e que deu origem à 1ª República.

Seguiram-se década e meia de grande instabilidade política

com sucessivas mudanças de governo, que levou a um golpe de Estado protagonizado por **indisciplinados**, militares, e civis antiliberais, que a 28 de Maio de 1926 instauraram a 2ª República. Após aprovada a Constituição de 1933, ficou conhecida por Estado Novo. Este regime ditatorial, Estado Novo, manteve-se no poder e na governação de Portugal durante mais de 40 anos, com o apoio dos **disciplinados**, militares das Forças Armadas.

A 25 de Abril de 1974, um grupo de militares, liderados, maioritariamente, por alguns, **indisciplinados**, Capitães dos 3 Ramos das Forças Armadas (Movimento das Forças Armadas - MFA), sentiram a necessidade de desobedecer às ordens superiores (*“Às vezes é preciso desobedecer.”* CAP Salgueiro Maia) e à política seguida pelo regime sobre a continuação da Guerra Colonial. Assim, na madrugada de 25 de Abril de 1974 as forças revoltosas, **indisciplinadas**, saíram dos quartéis e encetaram a revolução conhecida por “Revolução dos Cravos”, à qual se juntou a população Portuguesa no seu apoio, derrubando o regime do Estado Novo. Estes **indisciplinados**, deram início a um processo que viria a terminar com a implementação de um regime Democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de Abril de 1976.

Hoje, muitos dos militares do “25 de Abril”, são considerados Heróis, mas só alguns, porque outros continuaram a ser **indisciplinados** e sentiram o poder de desprezo a que foram votados pelos **disciplinados**, democratas que foram governando o País até à actualidade. Quem mais beneficiou com a Revolução dos Cravos, foram aqueles, **(in)disciplinados**, que esperaram para ver como *“seguia a maré”* e só depois de a *“onda estar calma e saber para onde corria”*, apresentaram-se como os maiores arautos da revolução e dos democratas, **disciplinados**.

Por isso, hoje, quem quer viver bem na nossa Democracia, tem de estar integrado, **disciplinado**, no sistema, ou seja, nunca pôr areia na engrenagem, o chefe ou seu superior têm sempre razão e quando não têm, nunca se questiona. Mas os que melhor conseguem sobreviver são os **(in)disciplinados** (sempre a apoiar o líder, quer quando é **disciplinado** ou quando é **indisciplinado**) porque são subservientes, submissos, bajuladores, lambe-botas, fazem fretes, engolem sapos, bufos e peritos em criar enredos para criar as condições de, também eles, podem chegar a um cargo de prestígio no grupo dos privilegiados, **disciplinados**, democratas onde o compadrio, servilismo e clientelismo são como oxigénio para se reinar neste esquema de **(in)disciplinados**.

Em democracia, os verdadeiros **indisciplinados**, não conseguem ter espaço porque não abdicam dos seus valores de honra, de ética, de franqueza, de justiça, de verdade e de respeito.

Remate:

Que sorte teve o jovem comandante do **Mondego**, que há cerca de mês e meio, e pela primeira vez, está ao comando de um navio, ter na sua guarnição 13 marinheiros com muitos anos de experiência e muitas horas de navegação, técnicos altamente especializados e conhecedores profundos do estado dos motores, geradores, refrigeradores, outros equipamentos e sistemas vitais para garantir a segurança do navio e sua tripulação.

Que sorte a Marinha Portuguesa teve em ter, por enquanto, 13 marinheiros muito **disciplinados** na guarnição do navio **Mondego**, que garantiram, e só eles sabem como, a navegabilidade do navio durante 321 dias de missão, muito acima do tempo médio de navegação que ronda os 160 dias.

Que sorte têm as Forças Armadas e os Portugueses por terem militares altamente profissionais ao seu serviço (por enquanto 13) e não para se servirem, onde os valores de Disponibilidade, de Tutela, de Lealdade, de Zelo, de Camaradagem e de Responsabilidade, são cumpridos com rigor e não é o carreirismo, subserviência ou servilismo, só porque sim, os faz abdicar deles.

Mas na previsão do 322º dia de missão, os 13 **disciplinados** marinheiros do **Mondego**, formaram no cais e recusaram embarcar, pelo motivo do navio apresentar *“limitações técnicas graves que comprometem a segurança do pessoal e do material e do cumprimento da missão...”*.

O jovem comandante do **Mondego**, reconhece as limitações e os problemas graves que o navio tem e por isso, no dia anterior teve de pedir apoio de rebocador para conseguir fazer a atracagem em segurança ao cais, no entanto, para que a sua carreira continue incólume, está pronto a arriscar no cumpri-

mento da missão que o Almirantado lhe atribui.

Esta recusa de embarcar dos 13 marinheiros inviabilizou a missão atribuída. Por esta acção, passaram a ser classificados e acusados de **indisciplinados** pela chefia da Marinha, com direito a reportagens em directo e ao vivo de TV’s, onde foram “punidos e quase julgados” como criminosos na praça pública pelo acto de insubordinação e revolta, por não terem cumprido a ordem dada de embarque no **Mondego** para mais uma missão. Acusados já foram, culpados e julgados a seu tempo se saberá.

E se os 13, **indisciplinados**, marinheiros continuassem **disciplinados** e o **Mondego** cumprisse a missão? E no decorrer da missão, face às *“limitações técnicas graves...”* o **Mondego** afundava (mas todas as vidas seriam salvas), a quem era atribuída a responsabilidade por isso?

Eu sei o veredicto, porque na tropa há uma expressão sobre quem recai a culpa das acções ou omissões: *“o mexilhão é que se lixa!”* ou seja, seriam acusados pelo, **disciplinado**, Almirantado, os 13, **indisciplinados**, marinheiros que por: *“negligência, incúria e falta de profissionalismo não fizeram chegar ao jovem comandante, correctamente, a informação do estado lastimoso e degradado em que o Mondego se encontrava, contribuindo com essa postura para a perda do navio e de todo o seu equipamento, sendo causadores de grave prejuízo para as Forças Armadas e Fazenda Nacional”*.

Recordo que muito recentemente, 2017, vivemos um “filme” no Exército com o caso do *“roubo dos Paióis de Tancos”*, com protagonistas em tudo semelhantes e onde *“quem se lixou foi o mexilhão”*, **indisciplinados**, Sargentos e Praças é que foram punidos por não terem realizado as rondas às instalações e os militares da PJM por terem conseguido fazer um acordo com os ladrões para a recolha da maioria do material militar roubado. Estes é que foram punidos como “criminosos”.

Já a negligência, a incúria, o desleixo e abandono que durante muitos anos os sucessivos Generais, **disciplinados**, do Exército deram à situação de degradação da segurança de tão críticas e importantes instalações (redes/gradeamentos podres; torres vigilância em risco de queda; quase sem iluminação no seu perímetro; sistema de câmaras de vigilância e alarmes inop’s; etc), reportados nos muitos relatórios de tomada de posse dos Comandantes das unidades com responsabilidade por garantir a segurança diária com militares aos Paióis de Tancos, essa, morreu solteira!

Na Marinha Portuguesa, será que o, **disciplinado**, Almirantado não tem conhecimento de relatórios sobre o estado de (des)graça em que se encontra a frota naval?

Por tudo isto, *só me resta reconhecer e agradecer* aos 13 **indisciplinados** marinheiros (4 Sargentos e 9 Praças) por terem recusado embarcar no **Mondego** porque, com essa acção:

- Portugal e os Portugueses tomaram conhecimento do real estado de abandono a que têm sido votadas as Forças Armadas, por sucessivos (des)Governos e Chefias, **disciplinadas**, Militares (Comissão Liquidatária das Forças Armadas);
- Não se perderam vidas humanas nem equipamento militar, elementos fundamentais para a segurança e defesa de Portugal e dos Portugueses;
- Contribuíram muito mais que todo o, **disciplinado**, Almirantado da Marinha, para o envio rápido do material e equipamento necessário para que o **Mondego** voltasse a navegar em segurança;
- Dias depois o, **disciplinado**, (des)Governo aprovou a autorização para a Marinha fazer despesas de manutenção a rondar os 40 milhões de euros (segundo parece, muito abaixo das necessidades que rondam os 120 milhões);
- Dias depois o, **disciplinado**, (des)Governo aprovou a proposta de Lei de Programação Militar (LPM) que prevê um montante global de 5.570 milhões de euros até 2034, para meios e equipamentos para as Forças Armadas (dizem os experts na matéria que é uma gota de água no oceano das necessidades das Forças Armadas).

Um muito obrigado e reconhecimento aos 13 Camaradas por serem INDISCIPLINADOS!



CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA
PORTUGUESA

“O que caracteriza a condição militar e por que princípios se orienta a progressão na carreira militar?”

“Salários da função pública com aumento adicional de 1% a partir de Abril.”

AFINAL, O QUE SOMOS?

No passado dia 24 de Março foi a votação a petição com a proposta de revisão do regime remuneratório dos militares das Forças Armadas. Uma petição que trazia alguma esperança para que, ao fim de 13 anos, se fizesse justiça aos actuais vencimentos.

O partido que tem maioria parlamentar votou contra todas as propostas que foram apresentadas tendo, como é óbvio, ficado tudo na mesma.

Foi com um sentimento de estupefação, indignação, mesmo revolta, com que recebemos a notícia.

Mais grave ainda, um deputado ter afirmado que a tabela salarial tinha sido alterada recentemente, fazendo alusão aos aumentos para todos os funcionários públicos e cujos objectivos foram sim, poder fazer face à inflação.

Ora, é aqui que está a verdadeira questão. Num passado recente tivemos conhecimento, com notícias de primeira página, da recusa de 13 marinheiros em cumprir uma missão atribuída num navio da Armada que supostamente não estaria nas melhores condições de fun-

cionamento. Não se pretende aqui falar sobre esta questão em particular, mas sim de todo um conjunto de comentadores e afins a afirmar que os militares teriam de cumprir pronta e cabalmente as ordens que receberam independentemente das condições com que se deparavam. E é aqui que pretendemos chegar.

Afinal em que é que ficamos?

Para cumprir ordens somos militares, não interessam as condições nem o estado dos meios, condições que limitam e põem em risco o cumprimento da missão e consequentemente os meios, sejam eles materiais e/ou humanos.

“Resolvam, vocês são militares...está inerente à vossa condição”, insinuam.

Mas, surpreendentemente quando os militares pretendem ver o reconhecimento desta mesma condição, são iguais aos outros.

Assistimos dias a fio à condenação do acto praticado por 13 marinheiros, mas ainda não se ouviram esses mesmos senhores falar da injustiça que aconteceu na Assembleia da República.

A boa notícia é que fica tudo na mesma.

Continuamos com os mesmos meios obsoletos, com Unidades devolutas e com um suple-

mento de sobrevivência a que os nossos políticos chamam de vencimento.

Se pensarmos melhor este até tem uma razão de ser. Como o dinheiro do nosso país é utilizado não se sabe bem como, nem se sabe bem onde, os nossos governantes não têm dinheiro para honrar os compromissos internacionais. Assim, sai mais barato mandar um conjunto de homens (carne para canhão) para cumprir o que lhes mandam.

Se os militares ganhassem condignamente, se calhar não tinham muita vontade de sair do convívio da sua família, mas se os ordenados forem miseráveis.... pois, desta forma não faltarão voluntários.

Aos militares não compete fazer política partidária.

Aos militares compete cumprir os desígnios do Estado, desígnios estes que são definidos por governantes políticos, eleitos pelos portugueses. Nem existem dúvidas a esse respeito.

A estes governantes compete dar condições aos militares para o cumprimento desses desígnios.

Para alguns iluminados, importa repetir que,

queiram ou não, as Forças Armadas são o último esteio, garante da soberania do Estado como Nação, são o músculo do Estado.

Como alguém conhecido afirmou, se o próprio Estado maltrata quem tem essa missão, alguma coisa vai mal.

Se quem tem a missão final de defender a Soberania da Nação Portuguesa é maltratado pelos seus governantes políticos é porque se calhar estes não percebem muito o que andam a fazer.

Ou então, numa pior perspectiva, fazem-no talvez com um propósito próprio! Será isso que querem os portugueses?

Alguns dizem que não compete aos militares pensar nisso.

Questionamos se talvez não esteja na altura de começarem a pensar nisso?

Porque o juramento que fizeram não foi a um conjunto de políticos que circunstancialmente governam. Não! Foi á Constituição e às leis da República.

O juramento foi feito aos portugueses.

Foi feito a Portugal!

Um sargento devidamente identificado. ▲

Para que nunca se apague da memória...

Erã cerca das 17H20 do dia 10 de Março de 1987.

A corveta NRP António Enes navegava próximo da entrada do porto da Horta, na ilha do Faial, quando, devido a uma presumível acumulação de gases de combustível provenientes dos depósitos de gasolina dos botes que se encontravam armazenados na casa da máquina do leme, se deu uma explosão que ecoou por toda a ilha.

Pereceram 6 militares e outros 11 ficaram feridos.

Foi devido a este incidente que se adoptaram novos procedimentos e novas regras de segurança, mas que também homens ficaram com lesões irreparáveis.

Famílias ficaram sem os seus filhos, netos, maridos, pais.

Hoje, celebramos a memória destes que pereceram no cumprimento da sua missão.

Hoje, depositamos coroas de flores na sua última morada e descerramos memoriais.

Hoje, lutamos para que estes 6 não sejam 13, 50, 100, ...

Hoje, e porque as coroas de flores custam menos do que as manutenções preventivas, os sobressalentes e a segurança dos militares, não esquecemos estes 6 camaradas. ▲





Diálogo associativo entre delegados ANS na RAA

Com a previsão de uma projecção de militares no cumprimento de uma missão na Ilha Terceira, três delegados da ANS disponibilizaram-se junto do Presidente da ANS para uma jornada de diálogo com os camaradas delegados da Base Aérea Nº 4 (BA4) e do Regimento de Guarnição Nº 1 (RG1), superando-se desta forma as contingências da insularidade. O intuito era a partilha e o estabelecimento de laços associativos para futuros trabalhos conjuntos entre os Sargentos que prestam serviço na Região Autónoma dos Açores (RAA).



O Núcleo da ANS em Ponta Delgada, representado pelos camaradas Miguel Barreto, Pedro Milhomens e Francisco Rolo, com o planeamento de trabalho associativo definido, durante a projecção para a Ilha Terceira tomam conhecimento que entre os militares da FAP na mesma missão se encontrava um membro reeleito da direcção nacional da ANS, o camarada Fernando Silva.

Boa, equipa reforçada!

Porém, entre dirigentes nacionais já tinha existido feedback, e tudo estava previsto!

Projecção feita, militares alojados, segue-se a refeição onde os militares dos dois ramos estabelecem contacto, e já a saborearem um quente café para atenuar o frio que se fazia sentir nas Lajes, o calor da causa comum incendeia as hostes e definem-se as tarefas para os dias seguintes.

Estabeleceu-se contacto telefónico com os camaradas Horácio Pinheiro (BA4) e António Freitas (RG1), e agendámos os dias para os nossos trabalhos - o ambicionado diálogo associativo!

Dia 1 de Março, o anfitrião camarada Horácio Pinheiro oferece-nos um café acompanhado de um bombom, mas um bombom especial, um Pin da Associação Nacional de Sargentos. Ficamos desde logo irmanados pela heráldica da associação socioprofissional que estávamos a representar.

Por sua vez, no dia 4 de Março, com um dia muito preenchido lá se conseguiu à hora de almoço o contacto com os camaradas delegados do RG1, António Freitas e Aristides Neves, de onde ressalvamos de imediato muito entusiasmo e força de vontade em contornar os obstáculos.

Antes de vos descrevermos o que foi a nossa intervenção, salientamos que o nosso guião de trabalhos foi elaborado em conjunto com o camarada António Assunção, membro eleito para a direcção nacional, a prestar serviço em Ponta Delgada, e que acumula funções de delegado regional junto do Núcleo da ANS em Ponta Delgada.

A súmula dos pontos que constituiu o nosso diálogo associativo, que passamos a descrever, compreendeu matérias dos âmbitos nacional e regional, assim como a abertura a corredores comunicacionais mais agilizados entre delegados regionais e a direcção nacional da ANS. No fundo, a entreajuda manifestada na disponibilidade do camarada António Assunção para: interlocutor entre delegados/sócios na RAA e ANS; colaborar, se necessário, na análise aos conteúdos de artigos para o jornal "O SARGENTO"; e no aconselhamento em dúvidas/problemas que atinjam sócios/Sargentos na RAA.

Foram abordados os seguintes assuntos:

- Destaque e aconselhamento a algumas considerações que, enquanto delegados associativos regionais, devemos ter presente nos nossos trabalhos;

- Informação relativa a estudos que o Núcleo de Ponta Delgada está a desenvolver referente a problemáticas de âmbito nacional e regional, com o intuito de apresentar propostas à direcção nacional da ANS que possam complementar o trabalho já desenvolvido por esta;

- Informação sobre os dossiers apresentados nas duas reuniões/de-



bate de Sargentos, promovidas pelo Núcleo de Ponta Delgada em 2022;

- Informação sobre as actividades programadas pelo Núcleo de Ponta Delgada para o corrente ano;

- Destaque à presença assídua, interessada e informada dos jovens Sargentos a prestar serviço na Ilha de São Miguel nos trabalhos associativos;

- Destaque a um dos pontos altos das comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em Ponta Delgada: a recepção dos dirigentes nacionais Lima Coelho e António Assunção, e ainda em representação do Núcleo de Ponta Delgada, Vasco Brandão, pelo Comandante da Zona Militar dos Açores, Brigadeiro-General Costa Santos acompanhado do seu Adjunto, Sargento-Mor Paulo Pinho, constituindo-se assim uma ponte comunicativa na resolução das problemáticas que são transversais à ANS e às Chefias Militares, como se constata numa publicação na página facebook da ANS;

- Voto de confiança e motivação para aqueles que com a sua dedicação e carolice não baixam os braços às dificuldades!

- Realização de dois convites: elaboração de artigos mais abrangentes para o jornal, "O SARGENTO", principalmente no destaque às comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento", e quicá, estabelecermos o projecto de elaboração de um artigo conjunto pelas comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento" em 2024; assim como possível participação/interacção de delegados da Ilha Terceira em Ponta Delgada e vice-versa, em debates, reuniões, comemorações, etc;

- Abordagem à importância e desafio ao recrutamento de novos sócios, despertar de sócios adormecidos, e reintegrar nos trabalhos associativos, militares nas situações de Reserva e Reforma;

- Apresentação e intenção de resolução das problemáticas da não remuneração de vencimento de posto superior no desempenho dessas funções, e da carência, ou não vontade, de atribuição de Casas do Estado;

- Partilha em jeito de oferta de um exemplar a cada delegado da informação associativa que o Núcleo de Ponta Delgada disponibilizou nas comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento", nomeadamente no âmbito do jantar Comemorativo e Debate associativo realizado no passado dia 4 de Fevereiro em Santo António/Ponta Delgada;

- Por fim, disponibilizamo-nos junto dos camaradas que nos estavam a acolher em ouvir as suas experiências, aprendermos metodologias a desenvolver no trabalho associativo, em suma, percebermos se os problemas deles seriam transversais e de que modo poderemos fazer "Política Associativa" em conjunto.

Conclusões: Após os dois momentos de interacção associativa «a semente estava lançada!». Foram dois diálogos enriquecedores e distintos: num, a experiência e fibra resistente de um "veterano" associativo; noutra, a garra e a vontade de mudança de ambientes.

Barreira da insularidade ultrapassada; corredores comunicativos entre núcleos activos; "Juntos somos mais fortes!". Logo, a ANS conta com os núcleos de Ponta Delgada e da Ilha Terceira na defesa dos direitos socioprofissionais dos Sargentos que prestam serviço na RAA.

Camaradas Horácio Pinheiro, António Freitas e Aristides Neves, a comitiva do Núcleo da ANS em Ponta Delgada, não pode ficar indiferente aos momentos de trabalhos conjuntos, dado que aquilo em que acreditamos e porque lutamos, UNIU-NOS! Agradecer a vossa disponibilidade e partilha, é pouco; permitam-nos, bem do fundo do coração, neste meio informativo que é o nosso jornal e perante os sócios da ANS, nos dirigirmos a vocês com este slogan:

"VOCÊS SÃO GRANDES, VOCÊS SÃO ANS!".

Núcleo da ANS em Ponta Delgada ▲

Recusada Justiça Salarial!



Na Sexta-feira, 24 de Março de 2023, foi apreciada a Petição nº 331/XIV/3ª "Revisão e alteração do sistema remuneratório dos Militares", entregue na Assembleia da República em Setembro de 2021, depois de ter recolhido 7720 assinaturas.

Esta Petição foi promovida pelas associações profissionais de militares, Associação Nacional de Sargentos (ANS), Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e Associação de Praças (AP).

O primeiro subscritor da petição, dirigentes e associados das associações promotoras, alguns deles uniformizados, estiveram presentes nas galerias do parlamento a assistir aos trabalhos.

No debate, os partidos afirmaram o agradecimento aos promotores e signatários pelo facto de terem apresentado a petição e, durante os trabalhos, deputados do PCP, PS e PSD, à vez, deslocaram-se à galeria para cumprimentar os representantes dos peticionários.

Contudo, apesar dos agradecimentos e saudações, contra a opinião de todos os outros que defenderam a necessidade de valorizar a carreira militar, o PS chumbou liminarmente os três projectos de resolução que recomendavam ao Governo uma revisão do Regime Remuneratório dos Militares das Forças Armadas.

Para que se conheça e se perceba as verdadeiras intenções dos vários grupos parlamentares, importa dizer que os três projectos apresentados pelos grupos parlamentares do PSD, do PCP e do BE foram chumbados sempre com o voto contra do PS e com diferentes abstenções em diferentes projectos. A IL absteve-se nas propostas do PSD e do PCP, o PSD absteve-se na proposta do PCP e o BE absteve-se na proposta do BE.

Quando há mais de 13 anos o sistema remuneratório dos militares não é devidamente revisto e alterado, não serão, seguramente, os tão propalados, mas falaciosos e enganadores, aumentos salariais entre os 52 e os 104 euros que colmatam a perda de qualidade de vida e de poder de compra.

Lamentavelmente o governo e o partido que o suporta no parlamento, continuam a não querer entender que é crucial promover as necessárias alterações e garantir a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional, o bem mais precioso das Forças Armadas, ou seja, os militares que estão ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Quem governa deve perceber que, apesar de não ser a única, esta é a principal razão para a falta de atractividade da carreira!

A falta de revisão e actualização salarial tem contribuído de forma significativa para as dificuldades sentidas nas Forças Armadas no que ao recrutamento e à retenção de militares respeita. Urge rever o regime remuneratório e integrar medidas de valorização salarial.

Apesar do resultado destas votações, a Associação Nacional de Sargentos, não deixará de se bater por mais justiça salarial e esta rejeição sistemática por parte do partido que suporta o governo, relativamente às propostas apresentadas, deu ainda mais legitimidade e autoridade moral para que se usem os meios disponíveis, com mecanismos de maior ou menor visibilidade, para prosseguir e intensificar o combate pela obtenção de melhores condições de vida e de trabalho para os Sargentos. ▲



ANS recebida em Audiência pelo CEMFA

Uma delegação da ANS foi recebida, em sede de audiência, no passado dia 23 de Março de 2023, pelo Chefe de Estado Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves.

Numa missão que tinha por principal objectivo apresentar cumprimentos em nome dos Órgãos Sociais recém-eleitos, a comitiva da ANS foi recebida à entrada do EMFA pelo Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos, Sargento-Mor Jorge Sousa.



O CEMFA mostrou-se receptivo a escutar algumas das principais preocupações dos Sargentos veiculadas pela ANS. Entre os variados temas abordados destacam-se: a oportunidade existente para se proceder a alterações de fundo ao EMFAR aproveitando a inevitabilidade da sua revisão, salvaguardando que as APM não foram contactadas para integrarem o Grupo de Trabalho; a revisão do sistema remuneratório dos militares; o vazio jurídico que continua a permitir que os jovens alunos em frequência dos Cursos de Formação de Sargentos do Quadro Permanente completem a totalidade da sua formação sem a necessária e justa graduação no posto de Furriel; o abono, por conta do Estado, das primeira e terceira refeições aos militares em situação de deslocação da sua área de residência; a problemática da retenção dos efectivos humanos; a saúde militar; as normas internas aplicadas no ramo para a seriação de militares a condecorar com os diversos graus da Medalha de Comportamento Exemplar, entre outros assuntos.

Os dirigentes da ANS não podem deixar de registar a convergência na leitura e análise de vários dos temas abordados e a disponibilidade manifestada pelo CEMFA em tomar parte activa na procura de soluções para os mesmos.

O Presidente da Direcção agradeceu a recepção, manifestando o reforço da motivação para prosseguir os trabalhos de defesa dos interesses sócio-profissionais dos Sargentos e a intenção de que a ANS possa prosseguir as estratégias de divulgação das suas actividades nas Unidades da Força Aérea, dando continuidade às palestras que se iniciaram no mandato de anteriores Órgãos Sociais, sugerindo, ainda, que possa ser ponderada a possibilidade de serem introduzidas, ao nível dos Cursos de Formação, sessões de esclarecimento acerca do associativismo militar aos jovens militares que ingressam nas fileiras. ▲

Novo Sargento-Mor Assessor do CEME



O Sargento-Mor de Infantaria, Herculano de Jesus Amaral Sanguinete Costa nasceu em 28 de Março de 1967.

Ingressou na Escola de Sargentos do Exército em 1989, cujo curso terminou em 1991. Está habilitado com o 18º Curso de Formação de Sargentos de Infantaria. Foi promovido ao actual posto em 25 de Dezembro de 2021.

Ao longo da sua carreira, serviu no Regimento de Comandos (RCMDS) onde desempenhou as funções de Encarregado de Instrução do 95º Curso de Comandos, Chefe de Secretaria/CC124/BC12, Adjunto do Centro Cripto, nomeado para o grupo qualificado para regularização dos assuntos administrativo-logísticos do RCMDS;

No Regimento de Infantaria Nº14 desempenhou as funções de Sargento de Tiro, Adjunto do Comandante da CCS, Comandante da Secção de Alimentação do Pelotão de Reabastecimento e Transportes, Sargento de Operações Informações e Segurança da Unidade, Sargento de Logística do 2BIMecRodas, Adjunto do Comandante do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas;

Na Unidade de Apoio do EME, desempenhou as funções de Sargento Adjunto da Secção de Pessoal e Chefe da Subsecção de Adidos da Secção de Pessoal; No Instituto de Defesa Nacional, desempenhou as funções de Secretário Executivo, na Associação de Estudos de Segurança e Defesa Europeia EuroDefense-Portugal;

No Instituto Universitário Militar, desempenhou as funções de Tesoureiro do Serviço Financeiro;

No Instituto de Acção Social das Forças Armadas, desempenhou as funções de Chefe do Serviço de Apoio Médico do Centro de Apoio Social de Viseu;

No âmbito internacional desempenhou missões na Bósnia e Herzegovina, em Timor-Leste, no Kosovo e no Iraque;

Da sua folha de serviços constam 16 louvores e 6 referências elogiosas. Possui ainda, várias condecorações das quais se salientam, a Medalha de Cobre de Serviços Distintos, a Medalha de Mérito Militar de 4ª Classe, duas Medalhas D. Afonso Henriques Mérito do Exército de 4ª Classe, a Medalha Cruz de São Jorge de 4ª Classe e a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar. ▲

Exército tem novo Chefe de Estado-Maior



O General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão nasceu em Lisboa, em 17 de Fevereiro de 1962, e foi promovido ao actual posto em 1 de Março de 2023.

Ao longo da sua carreira, em diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, no Estado-Maior-General das Forças Armadas, no Ministério da Defesa Nacional e no estrangeiro, desempenhou cargos de Comando, no 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mista Independente, como Comandante de Pelotão de Morteiros Pesados, Comandante de Companhia de Atiradores e Comandante. Na Academia Militar, como Comandante de Corpo de Alunos. Na Brigada de Intervenção, como 2º Comandante. Na Brigada Mecanizada, como 2º Comandante e Comandante. No Comando de Pessoal, foi Comandante, cargo também designado por Ajudante-General do Exército e foi Comandante das Forças Terrestres.

De Estado-Maior, no 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mista Independente, como Oficial de Pessoal, Oficial de Informações e Oficial de Operações. No Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, como responsável pelo processo de criação das EUROFORÇAS e levantamento do Quartel-General da EUROFOR em Florença. No Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, como Director de Serviços, tendo integrado a Autoridade Coordenadora e Segurança da EXPO 98. Na Brigada Mecanizada Independente, como Oficial de Operações. No Estado-Maior-General das Forças Armadas, como assessor do General Adjunto para o Planeamento e Operações, e no Estado-Maior do Exército, como Director-Coordenador.

Participou na Kosovo Force (KFOR) como Comandante da Reserva Tática Terrestre do Comandante da KFOR, e na República Centro Africana, como Deputy Force Commander da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA).

Da sua folha de serviços constam catorze louvores, tendo sido agraciado com a Ordem Militar de Avis, Grande-Oficial, sete Medalhas de Prata de Serviços Distintos, as Medalhas de Mérito Militar de 1ª e 3ª Classe, a Medalha de D. Afonso Henriques de 1ª classe, as Medalhas de Comportamento Exemplar, Grau Ouro e Prata, a Medalha "Cruz Comemorativa para as missões de Paz - Kosovo" da República Italiana e a Medalha da Ordem Nacional de Reconhecimento da República Centro Africana – Grau Comendador. ▲



O 31 de Janeiro e Razões Fortes para Lutar...132 anos depois!

Depois da impossibilidade de assinalar a efeméride nos termos e da forma como desde há anos acontecia, a ANS retomou o mesmo tipo de eventos comemorativos do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” quando passam 132 anos sobre esta data histórica e de tão grande significado.

No território nacional, com início em 20 de Janeiro, no Funchal, e durante mais de três semanas, passando por Lisboa, Porto, Abrantes, Aveiro, Évora, Entroncamento, Beja, Monte Real, Leiria, Vila Real, Lamego, Castelo Branco, Ponta Delgada, Praia da Vitória, Távira e terminando em Foia-Monchique a 12 de Fevereiro, os Sargentos assinalaram a revolta republicana na cidade do Porto.

A revolta, acto precursor da implantação da República, primeira expressão revolucionária do movimento republicano que sairia vitorioso 19 anos mais tarde, em 5 de Outubro de 1910, foi, segundo o eminente historiador Joel Serrão, “efectuada por Sargentos e Cabos e enquadrada e apoiada pelo povo anónimo das ruas e foi hostilizada ou minimizada pelos Oficiais, pela alta burguesia e até pela maior parte da inteligência portuguesa.”

Os Sargentos desempenharam um papel determinante nesta revolta. Recordemos que dos 22 condenados em Conselho de Guerra, 14 eram Sargentos. Os Sargentos Abílio, Galho e Rocha, a

par de muitos outros, figuram entre os heróis da revolta republicana do Porto.

É neste ambiente e sentimento de revolta popular, que pela primeira vez é entoada a “A Portuguesa”. Imediatamente proibida face à derrota, foi posteriormente adoptada como Hino e Símbolo Nacional, e que hoje a continuamos a entoar com emoção.

Este movimento popular, fez parte de um sentimento generalizado de indignação que se vivia em todo o País, por parte daqueles cidadãos que **não aceitaram o “Ultimatum”** imposto a Portugal pela coroa britânica, não aceitaram a degradação das condições de vida dos portugueses, não aceitaram o tratamento discriminatório que se vivia no meio militar da altura, não aceitaram a corrupção, a inoperância e a submissão dos governantes de então e muito menos aceitaram ver uma Pátria velha de séculos ser colocada de joelhos perante as exigências de uma potência estrangeira que se dizia aliada mas que, na verdade, conduziam Portugal e os portugueses à miséria, à indigência e à perda da sua soberania.

132 anos depois, os Sargentos continuam a ter razões para lutar por não aceitarem a degradação das suas condições de vida, nos planos material, social e assistencial, por não aceitarem o tratamento discriminatório imposto por um regime remuneratório

obsoleto, classista e elitista, e por não aceitarem a aplicação de regulamentos e normativos profundamente lesivos e descaracterizadores da Condição Militar.

132 anos depois, os Sargentos continuam a ter razões para lutar porque desempenham um papel fundamental no bom funcionamento das Forças Armadas e porque cumprem o seu dever com honra e dedicação, mas que tarda em ser devidamente reconhecido.

132 anos depois, os Sargentos continuam a ter razões para lutar em prol da sua necessária dignificação, promovendo o reconhecimento e a valorização que merecem.

Por tudo isto, assinalar e comemorar o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento, salientando o seu significado histórico e enaltecendo o papel dos Sargentos e os serviços por estes prestados ao País, é uma obrigação pela salvaguarda da memória e exemplo dos Sargentos de ontem, pela defesa dos direitos dos Sargentos de hoje e por garantir o respeito e a dignificação dos Sargentos de amanhã. ▲



AVEIRO - organizado pelo camarada Vitor Rocha. Juntaram-se 2 dezenas de Sargentos.



Sargentos da Marinha, Exército, Força Aérea e GNR, que integram a European Training Mission – Mozambique (EUTM-MOZ), em Maputo



CASTELO BRANCO



ABRANTES - 1SAR Nicolau (o mais novo presente) a ler a Intervenção Comum



FOIA – MONCHIQUE



TERCEIRA – AÇORES



BEJA



PORTO – Cemitério do Prado do Repouso



ENTRONCAMENTO



PORTO



VILA REAL / LAMEGO



TÁVIRA



ÉVORA - SAJ Lopes (a mais moderna) leu a intervenção comum



MADEIRA – FUNCHAL



Mais um ano passou e, de novo, o núcleo de Ponta Delgada preparou e organizou o “seu” 31 de Janeiro. Esta preparação começou logo após o II Encontro de sargentos em São Roque, Ponta Delgada, evento em que fomos premiados pelo bom trabalho desenvolvido, na medida em que um dos nossos membros, o camarada António Assunção, tinha sido convidado a fazer parte da lista que iria a votação nas eleições para os novos cargos sociais da ANS para o biénio 2023-2024. Este reconhecimento mostra que é com trabalho que atingimos os nossos objectivos.

As comemorações deste ano foram diferentes dos anos anteriores, já que invocavam o Dia Nacional do Sargento e 132º Aniversário da Revolta do Porto em altura pós-eleitoral para os órgãos sociais associativos.

Com a data de 4 de Fevereiro para o jantar comemorativo e debate associativo, a presença do camarada Lima Coelho verificou-se no dia anterior, que após aterrar no aeroporto João Paulo II, foi recebido pelo Comandante da Zona Militar dos Açores, Brigadeiro-general Manuel Paulo da Costa Santos.

Neste encontro marcaram presença, para



além dos já referidos Lima Coelho e António Assunção, Vasco Brandão em representação do núcleo da ANS em Ponta Delgada, e o Adjunto do Comandante da ZMA, Sargento-mor Paulo Morais Pinho. Foi uma conversa cordial que decorreu no sentimento de sã camaradagem em que o presidente da ANS apresentou para além dos cumprimentos por parte da nova direcção, os problemas que afectam os Sargentos que aqui servem. O Brigadeiro-general Costa Santos para além de ser conhecedor dos problemas apresentados mostrou que estava atento e sensível na medida em que afirma que **“os problemas são não só dos Sargentos, mas transversais a todos os militares quantos servem na Região Autónoma dos Açores”**.

No final tirou-se a fotografia da praxe.

No dia 4 de Fevereiro e como de costume os elementos do núcleo de Ponta Delgada dirigem-se para Santo António, o local eleito para as nossas comemorações. Os elementos integrantes do núcleo aderiram à iniciativa contando mais uma vez com uma forte adesão dos ca-

O “31 de Janeiro 2023” do Núcleo de Ponta Delgada



maradas Sargentos mais novos. Este sinal é da maior relevância pois mostra que os mais novos têm cada vez mais cedo noção dos problemas que os afectam. Marcou presença o Sargento-mor da Zona Militar dos Açores, camarada Paulo Pinho, militar mais antigo e graduado da categoria de Sargentos da ZMA, no activo, manifestando um gesto de confiança, experiência, motivação e camaradagem, sinal de particular importância para os mais novos que ali servem. De sublinhar também a presença de camaradas na situação de reforma, camaradas que são sócios, tendo sido também dirigentes e delegados da ANS em outros tempos, que continuam a ser exemplo e motivação para os mais novos nos trabalhos associativos em defesa das condições socioprofissionais da Família Militar.

De realçar que pela primeira vez tivemos a presença de uma camarada feminina, a qual aproveitou este evento para entregar em mão ao presidente da ANS a sua ficha de inscrição de sócio.

Assim começamos as nossas comemorações. Após umas breves palavras de boas vindas a todos os presentes, respeitou-se um minuto de silêncio em memória do camarada 2SARG José Freitas, falecido poucos dias antes. Iniciou-se o jantar com a brilhante leitura por parte de um jovem Sargento da intervenção comum elaborada pela ANS, lida em todos os locais onde se procedem estas comemorações.

Antes do presidente da Direcção tomar a palavra procedeu-se à entrega de um conjunto de documentos de trabalho associativo aos presentes, informação demonstrativa do trabalho realizado pela ANS e particularmente pelo núcleo de Ponta Delgada. Para além da divulgação e conhecimento, procura-se que estes documentos sirvam para que os novos sócios percebam que apesar de estarem a chegar, **já muito trabalho foi desenvolvido**. Este trabalho pode e deve ser continuado e aprofundado no futuro.

Após troca de lembranças e a intervenção do presidente da ANS, iniciou-se o debate. Foram colocadas várias questões, desde a persistente falta de condições das unidades militares, à falta de meios para se cumprirem as missões. Grande importância demonstrada foi a preocupação com a falta de protocolos ADM na Região, dado que existem rumores de que os protocolos existentes com o Hospital Internacional dos Açores poderão deixar de existir. Porém, relativamente a este assunto esperemos que não passem disso mesmo, dado pagarmos como todos os outros e não termos qualquer benefício. Todas estas preocupações foram registadas para que num futuro próximo se consigam perceber e solucionar.

Assinalando o final do debate, partiu-se o bolo comemorativo, acompanhado do tradicional brinde alusivo à efeméride e como



ponto alto de encerramento dos trabalhos cantou-se “A Portuguesa”, tons que animaram e suscitaram o sentimento patriótico, que muito honramos enquanto Sargentos, materializado pelo juramento que fizemos perante a Bandeira Nacional. Precedido de um salutar convívio, já em modo de despedidas, existiu espaço para algumas reflexões, desde as dúvidas iniciais à esperança na resolução dos problemas que



Núcleo de Ponta Delgada

“Dia Nacional do Sargento” em Caracal, Roménia

A comemoração do “Dia Nacional do Sargento” em Caracal, Roménia, correu muito bem. Foi feito um folheto, para informar os camaradas antecipadamente, sobre o programa. No dia 31JAN2023, na parada, às 08H10, o Sargento-Chefe Ferreira, na qualidade de Sargento mais antigo, leu o significado deste dia, para que todos os militares o pudessem perceber. Neste mesmo dia, os Sargentos almoçaram todos juntos numa parte do refeitório e depois foi feita uma fotografia do grupo, na parada.



No Sábado, dia 04FEV2023, organizou-se um jantar convívio de Sargentos, num restaurante local, onde se fizeram mais algumas fotografias para registar o evento e para memória futura.



Neste jantar, na qualidade de Adjunto do Comandante da Força, o Sargento-Chefe Paulo Martins dirigiu umas palavras aos camaradas, no sentido de enaltecer o seu trabalho e profissionalismo.

Foi reforçada ideia sobre a importância de dignificar a Classe de Sargentos, com bons exemplos e dedicação. ▲

nos afectam. A conclusão foi que sozinhos nos sentimos apreensivos e é no grupo que encontramos a força, o conforto e o amparo da camaradagem. Percebemos que o mais importante dentro das instituições continua a ser o factor humano, e no nosso caso em particular, na nossa instituição, o elo de ligação fundamental é o Sargento. Se alguém não percebe isso, então desconhece por completo o funcionamento da nossa instituição.

Quanto melhor forem tratados os Sargentos, certamente melhores Forças Armadas irão ter.

Para melhor servirem os Portugueses.

Para melhor servirem o nosso País.

Para melhor servirem Portugal.

Vivam os sargentos. Viva Portugal. ▲



O QUE SE PASSA COM A MARINHA?



Falando apenas de há 5 anos para cá, existe uma espécie de ‘mau olhado’ sobre a Briosia. Se atentarmos numa série de acontecimentos, de forma avulsa e sem muita sistematização, vemos algo de muito estranho afectando uma das instituições que, até aqui, tem sido um símbolo de Portugal.

Ora vejamos:

- Em 2018, o Almirante Macieira Fragoso (que apenas fez um mandato como CEMA) e o Vice-Almirante Gouveia e Melo (seu Chefe de Gabinete) foram acusados do crime de difamação agravada contra um ex-Director-Geral da Autoridade Marítima. Nessa altura, o Tribunal da Relação remeteu os autos à 1.ª instância “para pronúncia dos arguidos Luís Macieira Fragoso e Henrique de Gouveia e Melo, pelo crime de difamação agravada”. Por acordo entre as partes, o caso viria a ser arquivado;
- Em 2020 o Almirante Mendes Calado, enquanto CEMA, um líder respeitado pelos Camaradas e competente Oficial de Marinha, passa pela humilhação de ser exonerado sem o ser, com um anúncio extemporâneo do Primeiro Ministro, meses depois de ter sido reconduzido no cargo pelo Comandante Supremo da Forças Armadas. Após mais uns meses em que foi mantido no cargo, com digna descrição e sentido do dever, depois de cumpridas as ordens e missão atribuídas, é exonerado oficialmente no final de 2021. Sucede-lhe o Almirante Gouveia e Melo, mediaticamente elevado a herói nacional pelo seu papel na

coordenação do processo de vacinação contra a COVID19;

- A fragata Vasco da Gama inicia, por essa altura, um processo de paragem e canibalização. Actualmente está praticamente abatida, sem guarnição, embora ainda tenha bandeira;
- Estaleiro de referência internacional, vê-se o Arsenal do Alfeite acelerar logaritmicamente em direcção à obsolescência. A sua viabilidade enquanto principal estaleiro de manutenção da esquadra está seriamente em perigo;
- Entretanto a esquadra, nas palavras do Almirante CEMA, está com 50% de operacionalidade. Ricardo Araújo Pereira faz humor com um jogo, ‘Batalha Nãoovale’, no seu programa semanal, em que a nossa esquadra é apresentada como não existindo;
- Os atrasos no cumprimento do EMFAR quanto às promoções acumulam-se. Já se aceita como normal que os militares sejam promovidos com meses de atraso. E, para agravar esses atrasos, há Sargentos a completarem mais de vinte anos no posto de Primeiro-Sargento. A saída de pessoal dos Quadros Permanentes é diária; a retenção do pessoal dos Regimes de Contrato e de Voluntariado é residual; os militares saem, nalguns casos despendendo verbas indemnizatórias avultadas;
- Em 11 de Março passado, a bordo do NRP Mondego, acontece uma autêntica pedrada no charco, um murro na mesa, levado a cabo por 13 Camaradas que resolveram, disciplinadamente, lutar contra a

inoperância e a incompetência. Quase de imediato, é espoletado o fornecimento acelerado de sobressalentes para manutenção no navio e um reforço de alguns milhões de euros para ‘manutenções urgentes na esquadra’ é anunciado pelo Governo. O CEMA chama os média para repreender os Militares perante o País;

- Pressionado pelos acontecimentos, o CEMA manda reunir centenas de militares no auditório da Escola Naval para apontar o caminho futuro da Armada, nomeadamente com referências a um aumento dos níveis remuneratórios para os homens e mulheres que nela servem o País. Dias depois, na Assembleia da República, o PS, partido que suporta, com maioria absoluta, o Governo, vota contra todas as propostas de valorização salarial para os Militares;

- Aquele acto de coragem e frontal lealdade ocorrido no Funchal, tornado público, não foi caso único. Embora tratado internamente, e ainda não há muitos meses, houve outro caso com muitas semelhanças, curiosamente também relacionado com o acompanhamento do trânsito de um navio russo, missão que acabaria por cumprir-se com um navio igualmente “degradado” por avarias graves. Esse navio está agora atracado na Base Naval de Lisboa. Quem sabe se definitivamente. Felizmente tudo foi resolvido dentro de portas, como compete. Mas as coisas sabem-se...

São factos muito estranhos, para dizer pouco.

Que se passa com a mais antiga Marinha do Mundo?

Que se passa com a Marinha de Guerra Portuguesa? ▲

Comemoração do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” Entroncamento, 1 de Fevereiro de 2023

Após interregno de dois anos, o Entroncamento, voltou à comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, que se realizou no dia 1 de Fevereiro de 2023, com um jantar-buffet no restaurante “Bonito By-Trincanela”, e reuniu 85 militares, alguns acompanhados das esposas.

A ANS honrou a comemoração, ao fazer-se representar pelos três Presidentes dos seus órgãos sociais, Luis Bugalhão (SMor Arm) Presidente da Assembleia, Mário Pereira (SMor Exe) Presidente do Conselho Fiscal e António Lima Coelho (SMor FAP) Presidente da Direcção.

Efectuada a recepção de todos os participantes e já sentados nas mesas, em nome dos elementos da organização, foram dadas as boas-vindas a todos e fez-se a apresentação dos representantes da ANS, seguindo-se um minuto de silêncio em homenagem aos Heróis do 31 de Janeiro de 1891 e a todos os camaradas Sargentos e militares já falecidos.

De seguida, coube a Mário Pereira fazer a leitura da “Intervenção Comum” que a ANS preparou para as comemorações do 132º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891.

Seguiu-se o tradicional jantar de confraternização e sendo em formato buffet, permite muita interacção entre os convivas presentes, nos momentos em que fazem a preparação de novo prato.

Após o jantar, o Presidente da Direcção, Lima Coelho, fez uma intervenção onde foram elencados as principais preocupações e problemas sentidos no seio da Categoria de Sargento, destacando o apoio à saúde ou a falta dele, em particular a crise vivida no fim do ano pelo HFAR, nas dificuldades de renovação dos contractos com as entidades prestadoras de serviço médico e de outros apoios,

bem como, a realidade de se descontar 14 meses para a ADM, quando só se pode estar 12 meses doente. Também a dificuldade que a família militar tem em conseguir consultas no HFAR, quer ao nível da ADM/IASFA, que por falta de protocolos com entidades prestadoras de cuidados de saúde, inviabiliza esses cuidados em regiões afastadas dos principais centros, deixando os militares e a família militar sem alternativas na prestação de cuidados de saúde.

Também, em NOV2022, a revisão do RAMMFA (Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas), continuando a criar grande descontentamento entre militares face às ultrapassagens que muitos sofreram, perdendo-se a oportunidade de ser um regulamento de motivação e de proporcional perspectivas para melhores carreiras, antes pelo contrário, é mais punitivo e consequentemente mais intimidatório, fazendo com que os militares se tornem mais submissos, subservientes e bajuladores, em nada contribuindo para o espírito de camaradagem, coesão e disciplina nas Forças Armadas.

Já sobre o regime remuneratório que desde 2009 não é revisto, referiu que a ANS fez o seu trabalho de casa tendo entregue uma proposta de vencimentos para os Sargentos, na Assembleia da República (Comissão de Defesa), para que deixe de ser um espartilho remuneratório para os Sargentos em toda a sua vida, por isso, tem por finalidade uma real valorização remuneratório dos Sargentos em função do seu desempenho ou cargo que ocupam.

Também a necessária revisão do EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) é urgente, não só por tudo o que foi referido, mas porque no actual

Estatuto, os Sargentos são a única Categoria que não tem promoção por Diuturnidade e o facto de a promoção ao posto de Sargento-Ajudante ser por escolha, poderá originar que muitos Sargentos não possam progredir além do posto de Primeiro-Sargento. Pode acontecer, em algumas especialidades, os militares ingressarem no Quadro Permanente (QP) com o posto de Segundo-Sargento e aí permanecerem 10, 15 ou mais anos pelo motivo de não haver vagas (actualmente na Marinha há casos de Primeiros-Sargentos a chegar aos 24 anos neste posto) ou na situação de ser Primeiro-Sargento poder transitar para a situação de Reserva de forma compulsiva pelo motivo de ter sido ultrapassado por outros camaradas mais modernos. O problema da valorização da formação dos Sargentos do QP, não ir além do Nível 5 (técnico profissional), mas tem de se lutar para que seja reconhecida a Licenciatura para os Sargentos.

Terminada a intervenção do Presidente da Direcção, e como vem sendo tradição desde sempre, fez-se o corte do bolo de aniversário, tendo a organização convidado as três camaradas Sargento-Ajudante (pela primeira vez, participaram no jantar três Sargentos-Ajudantes do género feminino) e os três Presidentes dos Órgãos Sociais da ANS, acompanhado do respectivo vinho espumante.

No final, foram feitos os agradecimentos gerais a todos os presentes e fez-se o encerramento do 132º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891, com os presentes a entoarem o Hino Nacional.

Viva o 31 de Janeiro! Viva o Dia Nacional do Sargento! Quer queiram quer não!

Mário Pereira
(SMor Tm Res) ▲

PROMOÇÕES

“O MEDO (OU NÃO) DAS PALAVRAS”



Assistimos diariamente a variadíssimos comentários e por diversos credos, sejam eles difundidos pelos média visuais, auditivos, informativos ou até por conversa de bar. Grande parte deles, originam por sua vez novos comentários em resposta ou apenas de opinião, mesmo da nossa parte, porque não conseguimos ouvi-los sem ter vontade de a expressar.

Seria legítimo ser assim atendendo à liberdade de expressão que nos permite viver num regime democrático, no entanto será de todo verdade?

Podemos ou devemos responder e até comentar tudo em nome dessa liberdade?

Na verdade, é habitual no presente com a perda de alguns valores sermos bombardeados com discursos que traduzem e mexem com sentimentos, proferidos por determinados comentaristas pertencentes a determinada organização, classe social, política ou qualquer grupo, seja de variado cariz à qual pertença.

Consoante o seu objectivo o discurso pode variar, assim uns podem utilizar palavras vazias, de circunstância, enganosas que nos levam para um caminho expectante, sem no entanto alcançar o prometido. Parece ser bom exemplo a **promessa vã dos aumentos e das promoções começarem a ocorrer no início do ano corrente**, um facto que como já percebemos não irá acontecer. Provavelmente virão explicar-nos que tal não foi possível, uma vez mais, em nome de um encargo maior, uma desculpa sobre algo superior não esperado, o que chega já a ser insultuoso até.

Não orçamentaram antes em rubrica própria? Para onde desviaram então?

Se não podem desviar, então para quando se irão efectuar essas promoções?

Discursos que não gostaríamos de ouvir, pois tamanha é a perversidade em conseguir vantagens que deixamos de ser crentes e por isso alguns renunciam, ou tornamo-nos mais inquisidores e elevamos a nossa voz porque por vezes conhecemos a ficção, nessa altura o discurso passa a ser outro e o intuito será dividir-nos, corromper a nossa versão, **desacreditando o mensageiro**, cujo objectivo será o de o isolar, desfazer essa pessoa negando a sua narrativa, ou criando outra completamente diferente que sirva os seus propósitos, reforçada por ingénua úteis cúmplices, substituindo a original pelos escalões intermédios, muitas vezes ameaçadoras para o próprio ou entes queridos de forma a deixá-lo refém às suas vontades e vencendo o seu silêncio como meta.

Quando quem por nós poderia pronunciar-se e se esconde no seu medo ou mudez, confirmamos que a cobardia venceu e poderemos estar envolvidos numa “guerrilha” cuidadosa.

Assim, grupos mendazes digladiam-se pelo poder, invejam os mais capazes e saciam a sua ganância à custa do trabalho dos que logram cumprir, os que utilizam o seu tempo em prol de um bem comum, maior, crédulos em valores que lhes foram incutidos e respeitam, porque até alguém outrora assim escreveu por serem os mais correctos a seguir em sociedade.

Assim sem leis que valham, uns trapaceiros vão-se acotovelando e “empurrando” uns aos outros...e quando já não houver mais ninguém?

Talvez nessa altura qualquer silêncio consiga ser deveras ensurdecedor!!!!

Um Sargento devidamente identificado ▲



Cartas ao Director

Queremos continuar a ser meros mecanográficos?



Sr. Director de "O Sargento",

Permita-me através deste meio informativo, no âmbito do processo dos 13 camaradas Marinheiros do NRP Mondego, prestar-lhes a minha solidariedade e agradecimento pela sua frontalidade e coragem.

Se um grupo se define por um número de pessoas que formam um todo, ups! por vezes sentimo-nos sós, ou existem vários subgrupos? Se calhar é melhor não papar grupos!

Camaradas, onde quero eu chegar com estas conexões? Quero deixar de lado os regulamentos militares, o direito administrativo, os julgamentos dos especialistas, continuarmos a ser meros mecanográficos, etc., quero sim dirigir-me aos Sargentos, e desculpem-me a frontalidade, aqueles a quem a carapuça servir! Ou seja, quero salientar que muitos SARGENTOS se estão a esquecer da parte social e humana. Os mecanográficos são para a tutela! Os Sargentos devem-se identificar como Família, detentores de laços de amizade e companheirismo desde o avô ao netinho mais novo. Como serão possíveis argumentos prepotentes, desmoralizadores, desleais para com a Família, para com aqueles que devemos acolher em qualquer circunstância?!

Culpar os outros para esconder a incompetência, ou seja, os fracassos ou limitações existentes é para os outros, ou pretendeis a «malícia» pois estais a premeditar acção?

Quem se dirige a vocês é um Sargento com 31 anos de serviço, e longe de mim alguma vez deixar em qualquer combate um camarada de armas para trás. Sim! Sou militar, serei sempre Sargento, e o meu tempo é o ontem, o presente e o futuro, na defesa da nossa Categoria.

Não me esqueço que aos vinte anos era Segundo-Sargento e todos me acolheram, não me esqueço do nosso Presidente da ANS ser Primeiro-Sargento, um jovem a lutar pelos direitos socioprofissionais de forma igual para o Furriel como para o Sargento-Mor. Camaradas, o nosso posto militar varia de acordo com a idade e os percursos possíveis na instituição, contudo o nosso posto militar é uno, é sermos SARGENTOS DE PORTUGUAL!

A maturidade exige-nos comprometimento com os mais modernos, para com os quais não só o exemplo é suficiente, a protecção e a orientação são indispensáveis, o chamado dever de tutela que não queria abordar, mas que vou apelidar por "encaminhar e ajudar os mais novos".

Aqueles chavões nas vossas "críticas": "...erraram, temos pena!...", "...no meu tempo era assim...", desculpem, mas esse tempo ainda não acabou, e tenho que perguntar se deixaram de ser Sargentos?

Foi preciso um processo destes para parecerem especialistas/comentadores credenciados, enfim, tendes aqui um espaço de diálogo, o Jornal "O Sargento".

Quanto às críticas generalistas à ANS, aquela que desde o minuto inicial esteve no terreno, simplesmente cumpriu com os seus estatutos, o definido no artigo 3º - "Tem por objectivos a representação e defesa dos seus associados, nomeadamente, as de carácter assistencial, deontológico e socioprofissional.", e por sua vez, nós associados também temos deveres! Porque não a leitura do ponto 2. do artigo 18º que cita: "Respeitar e fazer cumprir os presentes estatutos e as decisões que vierem a ser tomadas pelos Órgãos Sociais".

Camaradas, para a ANS não é fácil trabalhar com a pistola apontada, muito menos pelos seus, mas o dever assumido para com os associados e Sargentos de Portugal é para cumprir.

Viva os Sargentos!
Com os melhores cumprimentos,
Um Sargento. ▲

"Recursos (des)humanos"

O problema ao nível dos recursos humanos ainda é pior na Armada Portuguesa do que o problema da falta de manutenção e desinvestimento ao nível dos equipamentos navais (por mais incrível que possa parecer a pessoas menos informadas).

As razões para a quase inexistente atractividade e enorme taxa de abates ao quadro, estão identificadas, toda a gente sabe o porquê, incluindo os chefes militares e responsáveis políticos que deviam tomar medidas urgentes e com efeitos a curto, médio e longo prazo.

A razão é simples: os militares ganham mal, muito mal, trabalham cada vez mais, embarcam durante mais tempo, fazem mais serviços e em piores condições.

Como mero exemplo, a classe dos Electrotécnicos (ET), vai entrar em colapso nos próximos anos (na verdade a situação actual já é insustentável), o número de entradas no quadro é ridiculamente baixo e o número de vagas abertas anualmente pela Marinha (quando abre alguma) chega a ser ofensivo.

Já faltam 45 militares, num quadro que devia ter, segundo autorização superior, 377 efectivos. Nos próximos 2 anos cerca de 40 militares deste quadro irão

atingir as condições para transitarem para a situação de reserva e nem vale a pena falar das dezenas de outros militares que estão a pensar recorrer à figura do abate ao quadro... (obviamente, Primeiros e Segundos-Sargentos, a força de trabalho que faz falta para embarcar/navegar).

É matemática simples! Este edifício de fundações muito fracas, vai ruir muito em breve e nem é preciso que a terra trema.

-Não é com a abertura de 5 vagas ao mundo civil (que duvidamos que sejam todas ocupadas) que se irá resolver o problema;

-Não é com promessas de revisões de suplementos, tabela remuneratória, subsídio de embarque, alterações aos regimes de reforma e alterações de escalas de embarque, que se vai resolver o problema. Se algumas carecem de alterações legislativas que claramente o actual governo não está disposto a fazer, outras dependem de dinheiro que por opção deste e de anteriores governos não pretendem gastar nas Forças Armadas e outras ainda são relativas a pessoal que, efectivamente, não existe...;

-Não é com promessas de "parques de campismo" para alojar militares e suas famílias e jardins escola para os seus filhos na Base Naval de Lisboa (BNL) que se vai

resolver o problema...;

-Não é com a criação de uma especialidade geral para Praças (vulgo, qualquer classe ou "tapa buracos"), com cursos "express" de 6 meses, que se vai resolver o problema. Estas medidas são, salvo melhor opinião, uma falta de respeito para a classe de Praças...

O problema revolver-se-ia com actualização salarial, carreiras atractivas e paralelas entre classes e mais e melhor formação (para todos)!!!

Se nada disto for feito, corre-se o risco de inicialmente parar por cansaço, depois por exaustão e por fim partir para a escolha de uma nova carreira, que ofereça algo de bom, mesmo que seja apenas de vez em quando, ao contrário e em contraposição à presente carreira, que só exige, exige e exige...

Há uns anos foi possível assistir, com espanto, um dos CEO da Padaria Portuguesa dizer que, de facto, os seus empregados ganhavam mal, mas para compensar tinham uma óptima dinâmica de trabalho e amor à camisola.

Não é espantoso ouvir a Ministra da Defesa ter exactamente o mesmo discurso e atitude em relação às Forças Armadas?

É muito triste! Desolador até! ▲

Quem deve ser, afinal, agraciado com a Medalha do Apoio Militar a Emergências Civas, afinal?

O Decreto-Lei nº. 77/2022, de 7 de Novembro, veio alterar o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas. Das alterações destaca-se a criação da Medalha do Apoio Militar a Emergências Civas que, segundo comunicado do Conselho de Ministros emitido à altura desta publicação, "visa assinalar e valorizar a participação de militares, militarizados e civis das Forças Armadas, bem como de outros cidadãos nacionais ou estrangeiros, em operações de apoio militar a emergências civis que, pela sua relevância, sejam dignas de reconhecimento para as Forças Armadas".

Passados cerca de seis meses da criação da condecoração, importa lembrar que, em Abril de 2020, sob Decreto Presidencial de Estado de Emergência e quando o país estava fechado na incerteza do real potencial de letalidade de um novo vírus que se alastrava descontroladamente pelo país e pelo mundo,

importava, não só controlar a propagação da doença, mas também preparar os serviços públicos para retomar a vida quotidiana para um "novo normal". Entendeu-se, na altura, que a experiência Nuclear, Radiológica, Biológica e Química (NRBQ) dos militares era a valência mais adequada para tal, constituindo-se, nos três ramos das Forças Armadas e sob alçada do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), diversas Equipas de Sensibilização e Desinfecção que, de Norte a Sul do país, se empenharam em acções, não só de âmbito operacional, promovendo desinfecções em diversos serviços, mas também pedagógicas, sensibilizando e formando funcionários destes serviços para o recurso às melhores estratégias de protecção, activa e passiva. As equipas, constituídas maioritariamente por Sargentos e Praças (e alguns, poucos, Oficiais Su-

balternos), deixaram os filhos menores a assistir ao *Estudo em Casa* e avançaram, inicialmente em colaboração com o Ministério da Educação, para garantirem que os estabelecimentos escolares abriam em condições de segurança para que os alunos dos anos escolares "prioritários" regressassem às aulas presenciais e, mais tarde, em colaboração com o Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, assegurando que as equipas das Estruturas Residenciais para Idosos estavam habilitadas com os conhecimentos técnicos para fazer face aos diversos surtos que surgiam dia após dia.

Ora, se, apesar das centenas de horas de empenhamento por baixo de fatos de protecção, dos quilómetros percorridos e dos litros de hipoclorito de sódio pulverizados, a maioria destes militares acabariam esquecidos no reconhecimento público que mereciam à altura dos factos por parte da entidade máxi-



ma que os dirigia (em raros casos, Comandantes e Chefes de Serviço mais atentos e actuantes tiveram o cuidado de publicar louvores para o seu pessoal envolvido nessas missões), a criação de uma nova condecoração ainda não lhes fez justiça! Importa, então, questionar quais são as operações de apoio militar a emergências civis dignas de reconhecimento para as Forças Armadas! Os fogos? Sem dúvida! As cheias? Com toda a justiça! E nos mais de dois anos de gestão da pandemia? Houve mais empenhamento para além das vacinas! ▲



Ainda e sempre o RAMMFA

18JAN23 - Audição na CDN-AR das 3APM

Na data referida em título, as ANS, AOFA e AP (3 APM) foram convocadas, por requerimento do Partido Comunista Português, à Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (CDN-AR), para audição sobre o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, o famigerado RAMMFA.

Finalmente havia uma Audição digna desse nome!

É que o RAMMFA, esse documento tão lesivo da carreira dos Militares, sempre foi planeado, cuidadosamente elaborado, implementado, corrigido, sem a participação dos legítimos representantes das mulheres e homens que servem em armas o País, as três APM.

Façamos um breve historial:

- Os rumores de que algo se estava a passar com a avaliação do mérito dos Militares começaram em 2015. Na altura, a Marinha promoveu reuniões de Comissões Consultivas Permanentes dos Oficiais, Sargentos e Praças da Armada (voltaremos a falar destas Comissões em próxima oportunidade, para falar de incumprimentos de legislação interna por parte da Armada, não é agora o que interessa), para alterar a composição dos Conselhos de Classe (Conselhos para promoção da Marinha). Já nessa altura a Chefia sabia que alguma coisa andava no ar...;

- Os 'papéis' começaram a circular. Inicialmente a ANS não quis dar importância ao que não merecia, mas os indícios do que se estava a preparar aumentavam: **vinha aí o RAMMFA, o documento que iria uniformizar a avaliação do mérito dos Militares para os 3 Ramos das Forças Armadas (FFAA)!**

- Para além de outras iniciativas desenvolvidas pela ANS (que seria exaustivo enumerar aqui), em 12 de Julho de 2017 promoveu-se uma Vigília em Lisboa, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, que entre outros assuntos de contestação, incluía, e cita-se artigo nº 96, a "[...] eventual entrada em vigor, em Janeiro de 2018, do [...] (RAMMFA), [...]";

- Nessa altura já se conhecia o texto do documento, as 3APM já tinham sido sujeitas ao habitual processo de 'ouvição', e a luta contra esta, mais uma, malvadeza contra os Militares estava já na ordem do dia;

- No Comunicado da ANS nº 13/2018 - "Muitas São as Razões para Continuar a Lutar!" - anunciava-se "Está em curso a recolha de assinaturas de apoio a uma **petição pública**, por iniciativa da ANS [...], que **visa a suspensão de eficácia do Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA)** [...]". E acrescentava o Comunicado, "A consciência de que este RAMMFA não serve, alarga-se.";

- E alargou-se. A Petição n.º 506/XIII/3ª, com mais de 4500 assinaturas, foi entregue em 27ABR19, e a sua apreciação em plenário ocorreu a 10ABR19. O debate no Parlamento deu origem à Resolução nº 70/2019 da Assembleia da República, aprovada em 12 de Abril e publicada em DR a 23 de Maio, na qual **se recomendou ao Governo promover a audição das associações representativas dos militares, sobre o RAMMFA.**



Bom, o breve historial acima descrito poderia indicar que se estava no bom caminho. Mas não estava.

Primeiro porque uma Resolução não significa, em 'politiquez' do Governo, o mesmo que em português;

Depois porque, como disse, questionando, o Vice-Presidente da ANS Carlos Colaço, na sua intervenção na celebração do Dia Nacional do Sargento de 2023 em Lisboa, "[...] **alguém acha que a tutela política quer saber se o peso das Avaliações Individuais (AI) são superiores ao peso da Antiguidade no Posto (AP), no RAMMFA?**", e respondendo a seguir "**Camaradas, as Bases da Avaliação inseridas no RAMMFA, e as suas Ponderações [...] são obra, pura, e dura, das Chefias Militares.**"; e depois

Porque, se não fosse o requerimento do PCP, ainda hoje estaríamos à espera que alguma instituição da República chamasse a ANS, e as restantes APM, para audição, já para não falar de nos integrar em qualquer grupo de trabalho, como a Lei determina.

O RAMMFA acabaria por ser objecto da primeira alteração em 15NOV22.

Levaram três anos (!), um grupo de trabalho (GT) constituído apenas por militares dos 3 Ramos, três anos em que não se mudou nada para além da semântica, no geral, mas que, no particular, agravou o que já estava vertido no anterior diploma respeitando à disciplina, louvores e castigos.

O Memorando da ANS (disponível no FB e página oficial da ANS na internet, que todos os camaradas devem ler com atenção) sobre a **Portaria nº 275/2022 de 14 de Novembro**, é esclarecedor:

Trata-se de um documento "**POBRE, LASTIMÁVEL, MEDÍOCRE E PUNITIVO!**".

A ANS, junto com as outras APM, foi chamada para 'ouvição' por aquele GT antes da publicação da Portaria. O GT passou pela vergonha de assumir perante camaradas de armas que não tinha mandato para lhes entregar qualquer rascunho do documento, ou seja, as APM iam lá para conversar um pouco sobre o RAMMFA e, quem sabe tomar um cafezinho... Mais tarde lá haveria mandato (melhor se diria se se lhe chamasse permissão) para enviar um documento para pronúncia, o que a ANS, com o seu grupo de trabalho efectivo, viria a fazer. Debalde. A 'coisa', tal como estava, assim foi publicada em DR. Nem uma vírgula mudada.

E assim se passou o tempo (7 anos) desde o início desta estória triste.

Mas, eis senão quando, já com a alteração aprovada e em vigor, as APM são convocadas à CDN-AR, para audição sobre o RAMMFA, no dia 18 de Janeiro de 2023. Mais de 2 meses depois! Como Associação responsável e única representante legítima dos Sargentos de Portugal, a ANS

apresentou-se com uma delegação composta pelo Presidente da Direcção, António Lima Coelho, e pelo Secretário da Direcção, José Galvão.

As conclusões a que se chegou foram nenhuma, ou seja, saímos como entrámos.

Apesar de terem sido reiterados todos os prejuízos, incongruências e injustiças para a carreira dos Sargentos e dos Militares (o Memorando acima referido, publicado em 16JAN2023, dois dias antes da audição, foi entregue aos deputados da Comissão), **o resultado foi terem as APM sido informadas que 'pronto, obrigado por terem vindo; agora vamos esperar que algum grupo parlamentar tome uma iniciativa legislativa; a bola agora está do lado da AR.'**

Não adianta dar mais pormenores da sessão,

cuja gravação áudio/vídeo, curiosamente, não está disponível no site da Assembleia da República. Foi exactamente assim, de forma sintética, que se chegou a este 'estado da arte' da avaliação do mérito dos Militares das FFAA. Sete anos de luta, sete anos de logros!

Mas, desengajem-se os que pensam que iremos aguardar sentados na esperança de que este diploma seja varrido para sempre da legislação militar. O RAMMFA não é um assunto encerrado!

Apetece, no entanto, dizer, e releve-se o eventual coloquialismo popular da expressão: **"É com esta gente (tutela política e chefias militares) que andamos metidos..."**

Luís Bugalhão ▲

Os comentadores de turno

Também recusamos embarcar.



Deu à estampa, num jornal online, um artigo dum senhor muito estudioso das coisas da Defesa, que alinha uma série de mal-entendidos sobre o Comunicado nº 02/2023 "CORAJOSOS, LEAIS E DISCIPLINADOS!" da ANS. Vivendo nós num país democrático, ele próprio o enfatiza, todos temos o direito de escrever o que queremos, principalmente quando nos é dado palco privilegiado para o fazer. Verdade. Contudo, pelas mesmas razões, quando alguém apresenta argumentação confusa, distorcida e tendenciosa, é conveniente tentar esclarecer o senhor, repete-se, muito estudioso das coisas da Defesa, acerca das ideias expressas nesse Comunicado.

Começa por dizer que o Comunicado ajuda a demonstrar que está "*realmente [sic] em causa o princípio da tutela democrática sobre as Forças Armadas*". Não se percebe onde quer chegar, há que reconhecê-lo. Mas, 'parece' que o que o senhor estudioso quer dizer é que os homens e mulheres que servem o Povo Português nas FFAA deveriam fazê-lo caninamente, obedecendo sempre e sem quaisquer objecções à incompetente, negligente e até criminosa acção dessa tal "*tutela democrática*". Um pouco à maneira dos tempos das Descobertas, em que o marinheiro, quando acordava da noite etílica que havia passado, descobria que tinha sido sequestrado e ia a caminho da gesta lusitana cantada pelo Poeta. Pois cumpre esclarecer que não, já não estamos nesses tempos. Agora os Marinheiros fazem um juramento perante a bandeira e o Povo Português, e cumprem-no em consciência enquanto subordinados a um poder maior que desse Povo emana, e não enquanto submissos a uma qualquer conjuntural "*tutela democrática*".

Segue-se um parágrafo em que 'parece' que

o senhor estudioso não sabe o significado de 'bolsar', e por isso 'parece' que se ofende, ao escrever, citando o comunicado, "*falando do que tem sido "bolsado [sic] por uma série de comentadores, que da coisa militar nada sabem, e da naval muito menos*". Bom, deve dizer-se que este trecho é auto-explicativo: este comentador não sabe o significado de 'bolsar'! Mas aqui se ensina: *bolsar*, (*bolsa + -ar*), *verbo transitivo e intransitivo*, 1. Fazer bolsa ou fole (a roupa vestida); *verbo intransitivo*, 2. [Náutica] Formar bojo (a vela cheia e esticada pelo vento). = BOJAR ("bolsar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/bolsar> [consultado em 26-03-2023]).

Em boa verdade, o senhor estudioso ilustra bem que é um dos que da coisa militar nada sabem, e da naval muito menos. Talvez não tenha entendido, mas o que o Comunicado diz, figurativamente, é que os comentadores argumentam de 'peito cheio', 'enfundando', 'com o pano todo', por forma a que conjecturas maquiavélicas 'pareçam' ser o cerne da questão sobre a qual o Comunicado elabora. E é óbvio, para os verdadeiros leitores, que o importante no texto, o assunto que trata, é a solidariedade com a coragem, a lealdade e a disciplina que os 13 Marinheiros demonstraram.

'Parece' ainda que o senhor estudioso se ofende com o termo 'comentador'. Muito bem, só enfia a carapuça quem quer. Não se devendo confundir com o termo 'comentador', com ele relacionado, o que se quer dizer com essa palavra (um neo-logismo, para referir comentadores que 'parecem' saber muito do que lhes mandam comentar, ou do que comentam para agradar a quem manda, cada vez mais usado em muita literatura) é que não devemos aturar comentadores que, lá está, apresentam argumentação confusa, distorcida e tendenciosa, acerca de qualquer assunto que lhes calhe (ou lhes seja encomendado) na agenda comentar. Por exemplo:

- Ainda o acontecimento estava quente, e já havia um comentador, do alto da sua autoridade, a arengar que os militares podiam ser acusados do crime de cobardia. Claro! O que os 13 Marinheiros, Militares da Armada, foram mais, foi cobardes, quando tomaram a atitude

→→→→



que tomaram, correndo conscientemente o risco de seriamente prejudicar as suas vidas profissionais e sociais, bem como as das suas famílias. Não foi nada amadurecido, não foi para, como agora os comentadores aplaudem a outras entidades, dar um murro na mesa, um grito de alerta. Não. Foi cobardia...;

- Dois comentadores, dum canal de televisão, fizeram-se fotografar, sentados no chão do estúdio, amachucando os seus fatinhos, publicando depois a foto na página de Facebook de um deles, com a legenda 'Também recusamos embarcar'. 'Parecendo' querer dizer que nesse dia não lhes apetecia fazer o comentário que lhes cabia fazer, pago a peso d'ouro, não foi isso que fizeram (pudera!): claro que o fizeram na mesma, o comentário. Aquilo foi só uma nota de humor... Mas, para os 13 Marinheiros, e para os Verdadeiros Militares, foi ofensivo;

- Outro comentador (ou até mais alguns) inventou umas teorias da conspiração que envolveriam o 11 de Março de 1975, o PREC, o PCP, a ANS e o facto do navio ser russo. Bom, esta, de tão ridícula, nem merece qualquer comentário. É por isso que o termo comentador foi usado. As coisas existem para serem usadas, se-

não perdem utilidade.

Depois, "o texto da ANS parece fazer um apelo tácito a que seja repetido por outros a desobediência". Ainda bem que só 'parece', porque em lado nenhum do Comunicado se pode ler esse apelo, nem tácito, nem directo. O que se apela é a que sejamos solidários, contrariando a verdadeira tempestade que se abateu sobre aqueles 13 Verdadeiros Camaradas. Eles vão precisar de ajuda para enfrentar, corajosa, leal e disciplinadamente, a luta que têm pela frente. E é a essa ajuda que o Comunicado apela. Não parece, fá-lo efectiva e explicitamente. Se ao senhor estudioso lhe 'parece' outra coisa, é melhor, como acima se diz, estudar mais um pouco sobre língua portuguesa.

A propósito do termo 'verdadeiros', diz o senhor estudioso que o Comunicado procura dividir os militares e os portugueses. Nem valendo a pena dizer nada sobre esta brilhante conclusão, mais uma que justifica o que é, realmente, um comentador, convém clarificar que quem divide, quem isola aqueles portugueses e militares, é o senhor estudioso, quando escreve "o alvo desta turba amotinada" (destaque nosso). Isto é que é dividir! O termo 'verdadeiros' é uma forma, incisiva, usada para

designar quem deve ser solidário com o grito de alerta dos 13 Camaradas do NRP Mondego: - São os Verdadeiros Portugueses que se preocupam, porque nele vivem e sofrem, com Portugal. Não designa, como é óbvio aqueles que, por exemplo, desenham conceitos estratégicos de defesa nacional promotores da perda de soberania de Portugal;

- São os que vivem com salários de miséria, nos subúrbios das cidades, porque nessas vivem os nómadas digitais, os turistas do alojamento local, os 'democratas' dos vistos gold e, até, alguns comentadores. Não designa, evidentemente, quem colabora com, e incentiva, os senhores das carpetes de veludo dos corredores do poder, nem os que nascem dos alfbres académicos para nos 'tutelar democraticamente';

- São os que, com formação ética e técnica, sabem o que é reparar avarias com um balde ao lado para vomitar; são os que vêem o juramento que fizeram ser jocosamente desprezado pelos comentadores, que podem saber muito de estudos, mas do que é ser militar sabem o que lhes ensinaram, e que agora ensinam, e que é... pouquinho;

- São ainda os que sabem que a Camaradagem, para além dum dever estatuído na Lei, é uma

palavra sagrada, quicá a mais nobre das palavras que definem um Verdadeiro Militar. Não são os que tudo fazem para minar essa Camaradagem, seja com a arte de comentador, seja com a promoção do trabalho da Comissão Liquidatária das Forças Armadas.

Finalmente, diz o senhor estudioso no seu escrito, grosso modo, que a ANS, de forma grave, usa uma linguagem inapropriada. E diz mais: diz que "O melhor que podemos esperar é que ela não seja realmente representativa". Pois, azar dos Távoras, **ELA É MESMO REPRESENTATIVA!** E usa a linguagem que lhe aprouver, quando e onde lhe aprouver, pois só os seus sócios poderão, legitimamente, fazer comentários à linguagem usada nos documentos que elabora e publica. E é bom que os comentadores se habituem a essa representatividade e a essa linguagem. É que vivemos em Democracia. E em Democracia ela exerce-se. No terreno, com coragem, com sacrifício pessoal, graciosamente e, no caso da ANS, com a legitimidade de ter Órgãos Sociais eleitos, tal e qual os "sucessivos presidentes, parlamentos [...] democraticamente eleitos". E tão ao contrário do que a muitos comentadores acontece, que... nem à tropa foram. ▲

Breves notas

Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) é proposto, conjuntamente, pelo Primeiro-Ministro e pela Ministra da Defesa. Essa proposta é aprovada por resolução do Conselho de Ministros, depois de ouvidos o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho de Chefes do Estado-Maior.

O CEDN 'em vigor' data de 2013.

Em Agosto de 2022, a Ministra da Defesa Nacional definiu que, sob sua orientação, o Instituto da Defesa Nacional disponibilizaria o Relatório dum Conselho, constituído pelo seu Despacho nº 9986/2022.

Curiosamente, esse Relatório foi entregue à tutela, em cerimónia, no dia 31 de Janeiro (Dia Nacional do Sargento) de 2023. O Conselho terminou a sua missão, tendo-se iniciado naquela data a fase de preparação das Grandes Opções do CEDN, que o Governo apresentará à Assembleia da República.

Aqui chegados, importaria analisar o conteúdo do referido Relatório (disponível em <https://www.idn.gov.pt/noticias/Paginas/Ciclo-de-Revis%C3%A3o-do-Conceito-Estrat%C3%A9gico-de-Defesa-Nacional.aspx>). Contudo, não é esse o intuito destas notas. O que se pretende aqui é deixar algumas pistas para reflexão sobre o que esse documento relata acerca de **soberania nacional**, por um lado, e, por outro não menos importante, acerca de **Forças Armadas (FFAA), nomeadamente no que respeita aos homens e mulheres que nelas servem o País e o Povo Portugêis.**

Comecemos por aí, pelos homens e mulheres, Militares das FFAA.

O Conselho de 21 personalidades (presidido por Severiano Teixeira, que coordenou os trabalhos), depois de 3 reuniões ao mais alto nível e de um conjunto de iniciativas de debate público em várias Universidades do país, produziu sobre os Militares das FFAA, no ponto 7. do título "Para a autonomia estratégica de Portugal", o seguinte: "**7. Valorizar e qualificar os seus [das FFAA] profissionais**".

No desenvolvimento, o ponto 7. é detalhado em 6 alíneas. Falemos sobre elas:

- Investir na DN como "empregador de excelência".

Desculpem! Como empregador?! Então o ser-se militar não deveria antes ser uma missão, um nobre serviço que se presta a Portugal e aos Portugueses? As FFAA já não são um pilar do país



NRP Mondego (foto de Diário do Distrito)

soberano?! Deverão antes ser um excelente emprego?!

- "Alargar a base de recrutamento das FFAA [...]" para garantir o cumprimento das missões.

Alargar a base... Talvez com estrangeiros (da União Europeia ou dos PALOP). **Ou será com o downsizing** (como agora se diz em 'modernês') **dos critérios de selecção, como se começa a verificar em algumas decisões tomadas pelos Ramos?**

- "Aprofundar o processo de profissionalização do sistema militar [...]"

Será com o fiasco do Plano de Acção para a Profissionalização do Serviço Militar?;

- "Valorizar e qualificar os militares [...] da defesa [...]"

Já se poderia ter começado a fazê-lo. **Mas atribuindo o nível 5 de qualificação aos Sargentos e não tendo ainda aprovado os Regulamentos dos Cursos de Formação de Sargentos (CFS) dos Ramos, é capaz d'a coisa estar difícil ...;**

- "Desenvolver um efectivo sistema de mobilização para dar resposta rápida [...]"

Será, provavelmente, complicado mobilizar rapidamente. É que poderá não haver instalações para alojar, treinar e formar os militares mobilizados; ou as que ainda há, não terem condições para o fazer. A não ser que seja mobilizar para construir e recuperar essas instalações;

- "Valorizar a função Apoio Social na Defesa Nacional".

Vale a pena dizer alguma coisa? Vale: Assistência na Doença aos Militares (ADM) pago, e 14 vezes por ano; Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) quase falido e o seu parque habitacional muito degradado; Hospital das Forças Armadas (HFAR) com défice de pessoal nos quadros desde que nasceu... vale a pena dizer, e vale a pena lutar para reverter estas autênticas ofensas à Condição Militar.

Estas são as notas que propomos ao leitor, para reflexão, referen-

tes aos Militares, cidadãos trabalhadores em uniforme.

Passemos então à soberania nacional, e à forma como ela é tratada neste Relatório.

Sem muitas delongas, que o espaço não o permite, atente-se no número de vezes que as expressões abaixo são referidas no documento:

- OTAN ou NATO – 22 vezes;

- UE – 18 vezes;

- Soberania – 6 vezes;

- **Soberania nacional – 1 vez!**

Ora tendo em conta que a Constituição da República Portuguesa, no nº 1 do artigo 3º estatui que "**A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.**", não deixa de ser sintomático que o termo 'soberania' seja tão poucas vezes usado no Relatório, quando se compara com a quantidade massiva de vezes que os termos que designam duas entidades que defendem e têm por base a, chamemos-lhe assim, 'partilha' de soberania. E é. É sintomaticamente... duvidoso, quando se está a falar de Defesa Nacional.

As FFAA, nos termos da Constituição, devem garantir a integridade territorial do país e contribuir para o reforço da vontade colectiva de defesa contra qualquer ameaça ou agressão externas. **Devem possuir uma capacidade militar autónoma, credível e dissuasora, capaz de uma intervenção rápida em qualquer área do território nacional.**

OTAN ou NATO, 22 vezes grafado no Relatório; UE, 18 vezes. Dispensam-se mais comentários. E daí, talvez não. Talvez valha a pena referir que, à hora do fecho desta edição, o NRP Mondego está atracado no Porto do Caniçal na Madeira, quando deveria estar a sair das Selvagens, depois de efectuada a rendição dos profissionais da Polícia Marítima e dos Vigilantes da Natureza. Dizem os média que terá abortado a missão com problemas nos motores (via-se muito fumo a sair do navio) e que terá demandado aquele porto... a reboque.

Este Relatório apontará o caminho futuro para a Defesa Nacional.

Foi elaborado por 21 peritos na matéria, nomeados pela 'tutela democrática', também ela fruto de nomeação (derivada, é certo) sancionada pelo Parlamento, cuja composição foi eleita pelos portugueses.

Mas, então, porque é que, em vez de fruto do labor da tal 'tutela democrática', parece mais é um fruto do afanoso trabalho da Comissão Liquidatária das Forças Armadas?

Luis Bugalhão ▲



Cartas dos Leitores

A SAÚDE MILITAR ESTÁ DOENTE!

Exmo. Senhor Director

A nossa condição de militares, obriga tal como publicado no EMFAR, no seu Artigo nº 1 a “estar sempre pronto a defender a Pátria, mesmo com sacrifício da própria vida”. Para isso durante toda a sua carreira o militar, e tal como referido no Artigo 116º do EMFAR “deve dedicar-se ao serviço com toda a lealdade, ... desenvolvendo de forma permanente a formação técnico-militar e humanística adequada à sua carreira e assegurando a necessária aptidão física e psíquica”.

A condição física implica um bem-estar geral que tem que ser devidamente acompanhado quer pelo militar, quer pela instituição militar enquanto entidade empregadora, fornecendo aos militares os meios que tem ao seu dispor na saúde militar. Infelizmente a reestruturação da saúde militar tarda a chegar e quando é levemente encarada como qualquer capricho orçamental, leva a dissabores na prestação de um serviço de saúde de qualidade aos militares, tal como aconteceu na concentração de valências no Hospital das Forças Armadas (HFAR) e fecho dos outros hospitais militares existentes.

Estamos actualmente numa situação caricata em que militares no activo, têm um tempo médio de seis meses para uma consulta de especialidade no HFAR, hospital que continua anunciado no seu portal como “estabelecimento militar que tem como missão prestar cuidados de saúde diferenciados aos militares das Forças Armadas, constituindo elemento de referência”. Eu questiono, referência em quê? Só se for nos tempos de espera de um hospital público.

A nossa condição física não se pode dar ao luxo de estar pendente seis meses para uma marcação de consulta ou de um ano para exames complementares de diagnóstico mais específicos, tais como TAC e colonoscopia.

A situação económica actual e a falta de pessoal especializado no HFAR, são factores que podem “beliscar” o correcto funcionamento do mesmo, mas tal como tem sido referido pelas nossas chefias, as Forças Armadas, devem e conseguem sempre desempenhar correctamente a sua missão, apesar das dificuldades que vão surgindo.

O Código do Trabalho veio regularizar, e tornar corrente em outras actividades, a necessidade de ter comprovada e devidamente acompanhada a saúde física (e em alguns sectores, a mental) dos seus colaboradores, para assim atingirem um maior grau de produtividade e evitar no futuro, o aparecimento de doenças do foro profissional.

Estranhamente, nas Forças Armadas acontece o contrário, numa altura em temos o paradoxo de termos menos efectivos nas nossas fileiras, o que poderia resultar numa melhor prestação de cuidados de saúde aos existentes.

Quando falamos em dificuldades na retenção de jovens nas Forças Armadas, convém termos a noção de ver o espectro actual da nossa instituição e ter a coragem de lhes explicar que apesar de largamente divulgado nos sites dos Ramos, a saúde militar grátis não é um mar de rosas. Acho que poderíamos acrescentar nos sites a seguinte informação: *Cuidado, jovem, que podes estar deslocado por exemplo em Lisboa e mesmo tendo o HFAR como teu hospital de referência, poderás acabar o teu deslocamento indo apenas a uma consulta de especialidade e realizando com sorte um exame complementar de diagnóstico*. Mas a resposta vem quase sempre a bater na gasta questão quase feudal, que este tempo de espera não é muito e além disso é um serviço grátis. Eu corrijo essa informação, pois como todos nós militares, comprovamos mensalmente no boletim de vencimento o nosso contributo obrigatório para a Saúde Militar.

Temos o direito de exigir um melhor serviço de saúde militar, pois a nossa condição de militares assim o exige para o cumprimento diário da nossa missão que não é compatível com elevados tempos de espera para consultas e exames.

Com os melhores cumprimentos e elevada estima

Leitor devidamente identificado ▲

A Luta vale a pena

HFAR – Vigília pela Saúde da Família Militar

No final do ano de 2022 a Família Militar foi surpreendida por notícias graves acerca do funcionamento do Hospital das Forças Armadas. Em 22DEZ2022, o Diário de Notícias publicava uma notícia, sob o título “Hospital da Forças Armadas em risco de colapso. Renovação de contratos travada pelo Governo”, na qual se dava conta de transferência de doentes, redução de cirurgias, fecho de valências, suspensão de milhares de consultas, e outros alarmantes etc’s.

Tudo isto porque não foram renovados os contratos de avença de cerca de 200 assistentes técnicos, auxiliares operacionais e técnicos de diagnóstico, por indeferimento por parte do Governo. Dizia ainda a notícia, que a autorização de renovação das avenças para pessoal médico e de enfermagem tinha apenas acontecido nessa semana, “após vários alertas da direcção hospitalar”.

O Secretariado da ANS reuniu de imediato e decidiu, para além de lançar nesse mesmo dia o Comunicado nº 19/2022 “HFAR em Perigo de Ruptura!”, enviar um ofício à MDN, com conhecimento ao CEMGFA (ofício que seria enviado dois dias depois, em 24DEZ), solicitando uma reunião com carácter de máxima urgência.

O ofício dizia:

“Face à gravidade das notícias veiculadas em diversos Órgãos de Comunicação Social (OCS) no passado dia 22 de Dezembro, e com mais gravidade, ainda, no dia de ontem e no de hoje – anúncio de transferência de doentes já na próxima segunda-feira (26DEC2022) para unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), notícias essas não desmentidas pelo Ministério da Defesa Nacional e já comentadas, inclusivamente, pelo Comandante Supremo das Forças Armadas, vem esta Associação, como único, e legítimo, representante dos Sargentos das Forças Armadas de Portugal para as questões socioprofissionais (onde esta questão primordial para a vida dos Sargentos e das suas famílias - assistência na doença, ou possível falta dela - claramente se insere) solicitar, com carácter de máxima urgência (até 30DEZ2022), audiência com a Exma. Sra. Ministra da Defesa Nacional. Os Sargentos de Portugal exi-

gem saber, de viva voz, por parte de quem tutela a Defesa deste país, e não através dos OCS, o que se passa efectivamente com o seu Hospital e qual a real dimensão do problema.”

Leal e solidariamente, a Associação deu conhecimento dessa diligência à AOFA e à AP, e essas APM decidiram aderir à realização duma vigília em frente ao HFAR no dia 30DEZ2022, iniciativa que a ANS decidira realizar, no seguimento desta inquietante notícia. Isso mesmo seria divulgado aos sócios e à opinião pública através do Comunicado nº 20/2022 (de 26DEZ2022), em que já se dizia que as 3APM apelavam à presença na “Vigília – Na Defesa do Direito à Saúde”.

Acto contínuo, os serviços do MDN responderam ao ofício enviado, tendo marcado o dia 28DEZ2022, às 16H30, para receber a ANS em audiência. Por ausência da Ministra, foi o Secretário de Estado da Defesa Nacional quem recebeu a delegação da Associação, tendo-lhe sido assegurado que estavam já “[...] concluídos os processos que se encontravam pendentes de regularização relativamente a contratos de pessoal para 2023 e que o HFAR, em ambos os polos (Lisboa e Porto), manterá as condições de funcionamento com que operou ao longo deste ano. Informou ainda que está em fase de instrução um processo para abertura de procedimentos concursais para contratação de trabalhadores com vínculo permanente aos quadros do HFAR.” como se deu conta na Nota Informativa da ANS de 28DEZ2022.

Como também se informava naquela Nota, “[...] a ANS não deixou de manifestar a preocupação sobre a continuidade do problema estrutural do défice de efectivos, que tantas dificuldades tem criado ao normal funcionamento diário do HFAR. Nesse sentido, dizer que o HFAR vai manter as condições de funcionamento com que operou ao longo deste ano, não é, de todo, motivo para estarmos descansados, antes pelo contrário, é razão para manter a preocupação [...]”, e por isso tinha razões para manter a realização da vigília.

E foi o que aconteceu, no dia 30 de Dezembro. Dirigentes e sócios da ANS,



Dirigentes da AP e representantes da AOFA, Dirigentes de Clubes de Militares, Dirigentes do Núcleo de Lisboa da ADFA, outros antigos combatentes, uma delegação de dirigentes da ASPP/PSP, para além de muitos outros camaradas solidários com esta luta, marcaram presença na Vigília!

Em pleno período de festas da família, entre 22 e 30 de Dezembro de 2022, quando todos estamos mais preocupados, muito justa e merecidamente, com dar atenção aos entes queridos, **houve quem fosse demonstrar que a LUTA NÃO VAI DE FÉRIAS! Reuniões próprias e com as outras APM; elaboração e publicação de Comunicados e Notas informativas; mobilização e presença na iniciativa... Tudo se fez para evitar, lembre-se o título do DN, o colapso do HFAR. Foi por se lutar imediata e firmemente que foi encontrada uma solução pela tutela para o problema do HFAR, que não só não fechou, como não chegou a evacuar qualquer doente para outras instituições do SNS.**

Uma nota final, não de regozijo pela vitória, mas de preocupação e empenho na continuação da luta:

- **Há notícias preocupantes de que a renovação das avenças estarão a ser novamente proteladas no HFAR.**

Nada que não se previsse, mas há quem fale de contratos de pessoal médico e de enfermagem que estarão para cessar em Junho próximo.

Pelos vistos, **em vez de iniciar a resolução definitiva das carências do HFAR, o que a tutela fez foi... colar um penso rápido em cima duma lesão extensa e continuamente aberta!**

A ANS vai estar atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Aos camaradas pede-se o mesmo, e que estejam preparados. Estejamos preparados todos, camaradas, porque a **LUTA TERÁ DE CONTINUAR! Pela Saúde da Família Militar! ▲**





ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

A aproximação do final do ano de 2022, para além das preocupações com que estávamos confrontados, trouxe outras não menos preocupantes, sobretudo as que se prendem com as questões da Saúde...ou com a falta dela! O facto é que mesmo no final do ano fomos chamados a uma jornada de luta, na rua, em defesa da saúde militar.

O início deste ano de 2023, se por um lado trouxe de novo a possibilidade de realização das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” com o contacto directo com os Sargentos, trouxe também a certeza de que, para além dos novos problemas que vão surgindo, teremos de continuar a lutar para encontrar soluções e caminhos para problemas antigos.

Da intensa actividade para enfrentar todas as adversidades, mas, ao mesmo tempo, procurar melhorar as condições de vida e de trabalho dos Sargentos e suas famílias, apresentamos um breve resumo:

12DEZ – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

13DEZ – Visita/Palestra no RAME, em Abrantes. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;

15DEZ – Reunião com representante da CentralMed. ANS representada por L.Coelho e A.P.Pereira;

20DEZ – Reunião de dirigentes das APM, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

30DEZ – Vigília promovida pelas APM em frente ao HFAR, em Lisboa;

04JAN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais, na sede da ANS, em Lisboa e via vídeo;

10JAN – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

12JAN – Reunião do Secretariado da ANS, via plataforma ZOOM;

16JAN – Reunião de dirigentes das APM, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

17JAN – Visita/Palestra na BMUSFAP, no Lumiar. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus, J.Galvão, F.G.Silva e L.Bugalhão;

18JAN – Audição das APM na CDN-AR, sobre o RAMMFA. ANS representada por L.Coelho e J.Galvão;

19JAN – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

20 e 21JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Madeira. ANS representada por L.Coelho e J.Mendes;

24JAN – Reunião com Sargentos, na Ota. ANS representada por L.Coelho;

27JAN – Reunião com Sargentos da FAP e do EXE na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

28JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” e Assembleia Geral Eleitoral, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Porto. ANS representada por L.Coelho, F.L.Silva, H.Costa, R.Lopes, J.P.Leitão e R.Santos;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro –

Dia Nacional do Sargento” em Abrantes. ANS representada por J.Galvão e L.Bugalhão;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Aveiro. ANS representada por A.Nabais;

01FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Évora. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

01FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Entroncamento. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, G.Sá e M.Pereira;

02FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Leiria/Monte Real. ANS representada por L.Coelho, J.Torres e V.M.Alves;

02FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em V.Real/Lamego. ANS representada por H.Costa, J.P.Leitão e R.Santos;

02FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Beja. ANS representada por J.Galvão e J.L.Silva;

03FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Castelo Branco. ANS representada por L.Bugalhão e J.Mata;

03 e 04FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Ponta Delgada – S. Miguel. ANS representada por L.Coelho e A.Assunção;

05FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Praia da Vitória – Terceira. ANS representada por L.Coelho e H.Pinheira;

08FEV – Reunião de dirigentes das APM, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

08FEV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais, na sede da ANS, em Lisboa, presencial e via vídeo;

09 e 10FEV – Reunião da Direcção da EUROMIL em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;



12FEV – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Tavira. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e V.M.Alves;

12FEV – Encerramento das Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Foia-Monchique. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão, V.Silva e V.M.Alves;

15FEV – Debate sobre a 8ª alteração à CRP promovido pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



17FEV – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva;

20FEV – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva;

20FEV – Reunião do Secretariado da ANS, presencial e via plataforma ZOOM;

20FEV – Reunião de dirigentes das APM, via ZOOM. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

22FEV – Reunião com a Ministra da Defesa Nacional, no MDN sobre o PAPSM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e M.C.Dias;

22FEV – Cerimónia do 48º aniversário e Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais do CSA, na sua sede social, em Alfama. ANS representada por L.Coelho;



24FEV – Reunião com dirigentes da EUROMIL, via vídeo. ANS representada por L.Coelho;

25FEV – Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da ANS eleitos a 28JAN2023;

01MAR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais, na sede da ANS, em Lisboa, presencial e via vídeo;

03MAR – Reunião no Clube de Praças da Armada, na Cova da Piedade, entre as cinco estruturas promotoras do almoço comemorativo do 25 de Abril. ANS representada

por L.Coelho, J.Pereira e M.C.Dias;

07MAR – Cerimónias fúnebres do SAJ Carlos Mota, em Vila Velha de Rodão. ANS representada por F.L.Silva, R.Bernardino e V.M.Alves;

08MAR – Reunião com o Presidente da Câmara Municipal do Seixal e as cinco estruturas promotoras do almoço comemorativo do 25 de Abril. ANS representada por

L.Coelho e J.Pereira;

08MAR – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva;

08MAR – Reunião do Secretariado da ANS, presencial e via plataforma ZOOM;

09MAR – Apresentação do livro “Operação Platina”, no Palácio da Independência, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

10MAR – Sessão Pública na Assembleia da República, promovida pelo grupo Parlamentar do PCP sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por

L.Coelho, J.L.Silva, J.Galvão, J.Mata, M.C.Dias, L.Bugalhão e V.M.Alves;

10MAR – Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais do CPA, na sua sede social na Cova da Piedade. ANS representada por R.Graça;

11MAR – Apresentação do livro “Militares e Associativismo – Contributos para umas Forças Armadas deste Século” na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves;



13MAR – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva;

15MAR – Reunião com Sargentos na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço e J.Galvão;

16MAR – Reunião Extraordinária dos Órgãos Sociais, exclusivamente via vídeo;

17MAR – Recepção dos 13 Militares no aeroporto Humberto Delgado;

18MAR – Participação na Manifestação pela recuperação de Salários Justos, a convite da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública;

19, 20 e 21MAR – Reunião da Direcção da EUROMIL em Atenas. ANS representada por L.Coelho;



20MAR – Diversas iniciativas de “Idas ao Multibanco”, desmontando a teoria dos aumentos nos vencimentos;

21MAR – Reunião na Bateria da Laje, em Oeiras, preparatória da homenagem aos Combatentes. ANS representada por J.L.Silva;

22MAR – Reunião de dirigentes das APM, na sede da ANS e via vídeo. ANS representada por L.Coelho;

22MAR – Reunião das APM com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, no MDN, sobre os QP Praças no EXE e na FAP. ANS representada por L.Coelho;

23MAR – Audiência com o General CEMFA, em Alfragide. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.L.Silva, J.Mata, J.Galvão e P.Santos;

24MAR – Discussão, apreciação e votação da Petição sobre a Revisão e Alteração ao Regime Remuneratório dos Militares. Diversos dirigentes e associados presentes nas galerias do Parlamento.

À hora do fecho desta edição estão em preparação outras audiências solicitadas pela ANS na sequência da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais que irão conduzir os destinos no biénio 2023/2024 ▲



Visitas da ANS às Unidades

RAME (Abrantes) e Banda da FAP (Lisboa)

Desde 2019, a ANS iniciou um processo de visitas às Unidades das FFAA. As últimas duas aconteceram no final de 2022 e início de 2023. Visando, no interior da Instituição Militar, informar os camaradas sobre o que é a Associação representativa dos Sargentos e qual o seu papel, essencial no Portugal democrático, na melhoria das condições socioprofissionais desses camaradas das Forças Armadas Portuguesas.



Assim, em 13DEZ2022, uma delegação composta pelo António Lima Coelho, José Galvão (Presidente e Secretário da Direcção) e Luís Bugalhão (Presidente da Mesa da Assembleia Geral) deslocou-se a Abrantes para uma sessão com os camaradas do Regimento de Apoio Militar de Emergência.

Recebida pelo SMOR Fresco Ferreira, a delegação da ANS foi depois apresentar cumprimentos ao Comandante do Regimento, COR Estevão da Silva, após o que se seguiu a apresentação/palestra nas instalações da Casa de Sargentos.



No dia 17JAN2023 foi a vez da Banda de Música da Força Aérea receber a visita duma delegação da ANS, constituída por António Lima Coelho, Carlos Colaço e Norberto Mateus (Vice-presidentes da Direcção), e Luís Bugalhão, tendo contado ainda com a presença do camarada Fernando Grenho da Silva, Vogal da Direcção, que pertence aos Quadros da Banda da FAP.

Foram recebidos nas instalações da Banda, no Lumiar, em Lisboa, pelo SMOR Mário Bento, tendo o MAJ António Rosado, na qualidade de Superintendente da Banda de Música da FAP, feito uma introdução breve do que iria seguir-se. Depois de uma troca de lembranças, foi iniciada a apresentação/palestra.

De ambas as visitas, e para além da apresentação do que é a ANS, resultaram a entrada de novos sócios, bem como a exposição de alguns assuntos que preocupam os camaradas, das quais destacamos a injustiça da limitação de idade (55 anos) de passagem à situação de Reserva (no RAME) e as injustiças na não atribuição de medalhas (Banda FAP). Em ambas as visitas, os camaradas fizeram questão de convidar as delegações da Associação para almoçar, criando assim condições para uma conversa mais informal e para uma aproximação dos dirigentes da ANS aos Sargentos.

Numa altura em que a mobilização para a luta está na ordem do dia [há que combater a falta de efectivos (recrutamento e retenção residuais), a falta de meios materiais (equipamento), a não valorização salarial, as injustiças do EMFAR e do RAMMFA, as assistências social e de saúde deficientes, etc], é essencial que os camaradas se organizem nas suas Unidades, por todo o País, por forma a que estas iniciativas se multipliquem, pois só unidos, em torno da sua Associação, os Sargentos lograrão vencer estas duras batalhas. Os Órgãos Sociais da ANS estão prontos e disponíveis para ir a todo lado em que haja um Sargento das FFAA, enquanto cidadão trabalhador em Uniforme. ▲

25 DE ABRIL

49º ANIVERSÁRIO

EVOCAR E VALORIZAR

**A LIBERDADE!
A DEMOCRACIA!
A CONDIÇÃO MILITAR!**

ALMOÇO COMEMORATIVO

Edifício dos Serviços Centrais CM Seixal
Alameda dos Bombeiros Voluntários
22 abril 2023 / 12h00

Mais informações:
Contacta as entidades organizadoras!

Momento musical
Vitor Paulo

Organização

Apoio

Protocolos ANS

Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS - RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO
(www.farmaciasprogresso.pt)

- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD - APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY

- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲